

2026

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 06

FASE 6

Elaboração do
Documento Final

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado

SECRETARIA DAS CIDADES

Luiz Augusto Silva

Secretário de Estado

AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ

Gilson De Jesus Dos Santos

Diretor-presidente

Rodrigo Aleksandro Da Silveira Stica

Diretor Administrativo-financeiro

Gabriel Hubner de Macedo

Diretor Técnico

Willianson Alves Correa

Diretor de Transporte

Glauco Tavares Luiz Lobo

Diretora de Obras

Rodrigo Rodrigues da Silva

Chefe de Gabinete

Joacir da Silva Rodrigues

Coordenador Jurídico

APRESENTAÇÃO

O *Relatório de Atividades 06* é um relatório que integra o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC), referente ao Contrato n.º 03/2023 firmado entre a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) e o Consórcio PDUI Sustentável da RMC.

HISTÓRICO DE VERSÕES

Versão 1: 20/03/2026

Revisão da contratante: xx/xx/xxxx

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC): Relatório de Atividades 06. 2026.

Número de folhas: 105.

1. Curitiba. 2. Região Metropolitana de Curitiba. 3. Desenvolvimento Regional. 4. Paraná.

Direitos desta edição reservados à AMEP

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n

CEP: 80530-140 – Curitiba – Paraná

Telefone: (41) 3320-6900

EQUIPE TÉCNICA

Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná

COORDENAÇÃO

Ruan Victor Amaral Oliveira

Coordenador Executivo/Presidente da comissão de supervisão do PDUI-RMC

Ricardo Maurício de Freitas Andrade

Coordenador Executivo Adjunto e Fiscal do Contrato

Gabriel Hubner de Macedo

Diretor Técnico e Gestor do Contrato

ANÁLISE TERRITORIAL E INSTITUCIONAL

Raul de Oliveira Gradovski — MSc. Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Análise Territorial e Institucional

Ruan Victor Amaral Oliveira

Coordenador Adjunto – MSc. Arquiteto e Urbanista

Carla Gerhardt

Esp. Geógrafa

Gabriel Hubner de Macedo

Esp. Comunicador Social

Gustavo Batista Machado

Esp. Arquiteto e Urbanista

Lissandra Baldissera

MSc. Arquiteta e Urbanista

Joacir da Silva Rodrigues

Esp. Advogado

Ricardo Maurício de Freitas Andrade

MSc. Engenheiro Civil

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners

MSc. Economista

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Matheus dos Santos Cabral — MSc. Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Comunicação e Mobilização

Ruan Victor Amaral Oliveira

Coordenador Adjunto – MSc. Arquiteto e Urbanista

Bruna Cristina de Souza Petchevist

Esp. Secretária Executiva Trilíngue

Ricardo Maurício de Freitas Andrade

MSc. Engenheiro Civil

Rodrigo Rodrigues da Silva

Esp. Jornalista

Monique D'almeida Brantes

ESp. Arquitetura e Urbanismo

Anne Vitoria Lopes de Pontes

Assistente Administrativa

EQUIPE TÉCNICA

Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners — MSc. Economista

Coordenador de Desenvolvimento Social e Econômico

Raul de Oliveira Gradovski
Coordenador Adjunto - MSc. Arquiteto e Urbanista

Carla Gerhardt
Esp. Geógrafa

Gustavo Batista Machado
Esp. Arquiteto e Urbanista

Priscila Deane Alves de Souza
MSc. Turismóloga

Mateus da Rocha Amado
Esp. Arquiteto e Urbanista

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Andressa Sueli Trindade — Esp. Arquiteta e Urbanista

Coordenadora de Habitação de Interesse Social

Matheus dos Santos Cabral
Coordenador Adjunto - MSc. Arquiteto e Urbanista

Klyfesson Saturnino Gonzaga
Arquiteto e Urbanista

Lissandra Baldissera
MSc. Arquiteta e Urbanista

Ricardo Maurício de Freitas Andrade
MSc. Engenheiro Civil

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

Mateus da Rocha Amado— Esp. Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Planejamento Territorial e Uso do Solo

Raul de Oliveira Gradovski
Coordenador Adjunto - MSc. Arquiteto e Urbanista

Adriana Cristina Alexandrino
Esp. Arquiteta e Urbanista

Ana Cristina Negoseki
Esp. Arquiteta e Urbanista

Andressa Sueli Trindade
Esp. Arquiteta e Urbanista

Klyfesson Saturnino Gonzaga
Arquiteto e Urbanista

Lissandra Baldissera
Msc. Arquiteta e Urbanista

Matheus dos Santos Cabral
MSc. Arquiteto e Urbanista

Patricia Cherobim
MSc. Arquiteta e Urbanista

Veridiana Hreciuk
Arquiteta e Urbanista

Leonardo Mizael Coutinho Machado
Residente Técnico em Arquitetura e Urbanismo

Maria Gabriela Marcomin Castanha
Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo

EQUIPE TÉCNICA

Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Raul de Oliveira Gradovski — MSc. Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ricardo Maurício de Freitas Andrade
Coordenador Adjunto – MSc. Engenheiro Civil

Carla Gerhardt
Esp. Geógrafa

Francielli Hang Telli
Esp. Arquiteta e Urbanista

Julia Ehalt de Souza
Esp. Engenheira Ambiental

Maria Eugênia Piccoli Vasques
Engenheira Civil

Mateus da Rocha Amado
Esp. Arquiteto e Urbanista

Théo Marcello Moro Zanardo
Esp. Arquiteto e Urbanista

MOBILIDADE METROPOLITANA

Ruan Victor Amaral Oliveira — MSc. Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Mobilidade Metropolitana

Ana Silvia Smania Gomes
Coordenadora Adjunta – Esp. Engenheira Civil

Andressa Sueli Trindade
Esp. Arquiteta e Urbanista

Glauco Tavares Luiz Lobo
Esp. Engenheiro Civil

Gustavo Batista Machado
Esp. Arquiteto e Urbanista

Matheus dos Santos Cabral
MSc. Arquiteto e Urbanista

Monique D'almeida Brantes
Esp. Arquiteta e Urbanista

Willianson Alves Correa
Esp. Administrador

Yasmin Piva Gonçalves da Silva
Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ACOMPANHAMENTO

Carla Gerhardt — Esp. Geógrafa

Coordenadora de Sistema de Informações Geográficas e Acompanhamento

Ricardo Maurício de Freitas Andrade
Coordenador Adjunto MSc. Engenheiro Civil

Caio Augusto da Silva Santos
Analista e Desenvolvedor de Sistemas

Milton Luiz Brero de Campos
MSc. Arquiteto e Urbanista

Ruan Victor Amaral Oliveira
MSc. Arquiteto e Urbanista

Théo Marcello Moro Zanardo
Esp. Arquiteto e Urbanista

Kerollaine Schwinn Souza
Estagiária em Geografia

EQUIPE TÉCNICA

Consórcio PDUI Sustentável da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

COORDENAÇÃO

Gustavo Taniguchi

Coordenador Geral

Débora P. Follador

Coordenadora Adjunta

Douglas Christofari Viero

Gerente do Projeto

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Responsável Técnica da Empresa Technum Consultoria

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

Izabel Neves da Silva Cunha Borges — MSc. Arquiteta e Urbanista

Coordenadora de Planejamento Territorial e Uso do Solo

Alessandro Lunelli de Paula

MSc. Arquiteto e Urbanista

Débora P. Follador

Dr.^a Arquiteta e Urbanista

Douglas Christofari Viero

Esp. Engenheiro Civil

Manoela Massuchetto Jazar

Dr.^a Arquiteta e Urbanista

Maria Clara Friedrich Dadalto

Arquiteta e Urbanista

Pedro Henrique Canette Rebello

Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Augusto De Santos Pereira — Dr. Geógrafo

Coordenador de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Altair Rosa

Dr. Engenheiro Ambiental

André Luciano Malheiros

Dr. Engenheiro Civil

Diana Maria Cancelli

Dr.^a Engenheira Ambiental

Douglas Christofari Viero

Esp. Engenheiro Civil

Helder Rafael Nocko

MSc. Engenheiro Ambiental

Paulo Henrique Costa

Esp. Geógrafo

Roberta Gregório

Esp. Engenheira Ambiental

Maria Clara Friedrich Dadalto

Arquiteta e Urbanista

Gabriela Conte

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Guilherme Frantz

Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

EQUIPE TÉCNICA

Consórcio PDUI Sustentável da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

MOBILIDADE URBANA

Alceu Dal Bosco Jr. — MSc. Engenheiro Civil

Coordenador de Mobilidade Urbana

Alessandro Lunelli de Paula

MSc. Arquiteto e Urbanista

Gustavo Taniguchi

MSc. Engenheiro Civil

Gustavo Barbosa

Arquiteto e Urbanista

Helena Pauline Schulze Rotta

Engenheira Civil

Nathaly Louise Zalkoski

Arquiteta Urbanista

Beatriz Bonkoski

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Giovanna Villela

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Lumi Dodo

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Maria Gabriele Sobral

Estagiária de Engenharia Civil

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Débora P. Follador — Dr.^a Arquiteta e Urbanista

Coordenadora de Habitação de Interesse Social

Alessandro Lunelli de Paula

MSc. Arquiteto e Urbanista

Douglas Christofari Viero

Esp. Engenheiro Civil

Manoela Massuchetto Jazar

Dr.^a Arquiteta e Urbanista

Marcelle Borges Lemes Da Silva

MSc. Arquiteta e Urbanista

Maria Clara Friedrich Dadalto

Arquiteta e Urbanista

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Mariano De Matos Macedo — Dr. Economista

Coordenador de Desenvolvimento Social e Econômico

Alessandro Lunelli de Paula

MSc. Arquiteto e Urbanista

André Marega Pinhel

Dr. Cientista Social

Augusto De Santos Pereira

Dr. Geógrafo

Fábio Domingos Batista

Dr. Arquiteto e Urbanista

Marta Takahashi

Esp. Turismóloga

Mary Ângela Nardelli

MSc. Turismóloga

Bruno Henrique Fajarra

Economista

Maria Clara Friedrich Dadalto

Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA

Consórcio PDUI Sustentável da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ACOMPANHAMENTO

Máximo Alberto Silva Miquelles — Esp. Engenheiro Cartógrafo

Coordenador de Sistema de Informações Geográficas e Acompanhamento

Alaíses Cristine Weber

Engenheira Ambiental

Arthur Ripka Barbosa

Esp. Geógrafo

Fabio Luiz Conte

Advogado Esp. em Gestão e Sistemas de Informação

Gabriela Born

Arquiteta e Urbanista

Isabel Cristina Gomes

Geógrafa

Jose Geraldo de Noronha

Esp. Ciência da Computação

Maria Clara Friedrich Dadalto

Arquiteta e Urbanista

Seidi Kondo

Geógrafo

ANÁLISE INSTITUCIONAL

Luciane Leiria Taniguchi — Advogada

Coordenadora de Análise Institucional

André Marega Pinhel

Dr. Cientista Social

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

MSc. Arquiteta e Urbanista

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Sérgio Luiz Zacarias — MSc. Comunicador Social

Coordenador de Comunicação e Mobilização

Matheus Rocha Carneiro

Comunicador Social

Isabelle de Santis Souza

Designer Gráfica

Ricardo Henrique Junior Kopietz Lopes

Redator Técnico

Felipe Luan Tomaz da Silva

Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

SUPORTE

Viviane Cristina Cardoso

Administradora

Larissa da Cunha Santos

Gestora Financeira

Gustavo Taniguchi

Engenheiro Civil

Coordenador Geral

EQUIPE DE APOIO

COHAPAR

Companhia de Habitação do Paraná

Kerwin Kuhlemann

João Carlos Bachmann

SEIL

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística

DER – PR

Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná

Narayana Rohn Cardozo

Lucas Bach Adada

IAT

Instituto Água e Terra

Daniela Nicole Ferreira Castelar de Araújo

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Julio Takeshi Suzuki Junior

Francisco José Gouveia de Castro

IPPUC

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

Edison Reva

Adriana Garcia Matias

SANEPAR

Companhia de Saneamento do Paraná

Paula Foltran de Azevedo Hamerschmidt

Mariele de Souza Parra Agostinho

Nicolás Lopardo

EQUIPES DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

Adrianópolis

Vandir de Oliveira Rosa
Prefeito Municipal

Vinicius F. Ribas Pereira
Prefeitura Municipal

Tatiane F. M. Pogogelski
Prefeitura Municipal

Agudos do Sul

Genezio Gonçalves da Luz
Prefeito Municipal

Larissa O. L. dos Santos
Prefeitura Municipal

Cleiton Luiz Pereira
Prefeitura Municipal

Diego Cruz Luca
Sociedade Civil

Fabricio Woiciekovski
Sociedade Civil

Adriano de Oliveira Pires Filho
Sociedade Civil

Almirante Tamandaré

Daniel Lovato
Prefeito Municipal

Ivan Arnaldo Parra
Prefeitura Municipal

Josiane do Rocio C. Viana
Prefeitura Municipal

Luiz Carlos Cunha
Sociedade Civil

Luciano Buzatto
Sociedade Civil

Airton Scholochoski
Sociedade Civil

Araucária

Gustavo Botogoski
Prefeito Municipal

Natália Mealha Cabrita
Prefeitura Municipal

Marina Renosto Gennari
Prefeitura Municipal

Lucas Odppis Zital da Silva
Sociedade Civil

Polianne Godinho R. B. Sônego
Sociedade Civil

Tharsila Maynardes D. Faraniuk
Sociedade Civil

Balsa Nova

Clever Aparecido Iavolski Polleto
Prefeito Municipal

Rafael Noboru Takeuchi
Prefeitura Municipal

Priscila França Marocki
Prefeitura Municipal

Leandro José Antonio
Sociedade Civil

Silmara Gonçalves
Sociedade Civil

Murilo Zanello Mileo
Sociedade Civil

Bocaiúva do Sul

João de Lima
Prefeito Municipal

Maiara C. Kaviak Bernardi
Prefeitura Municipal

Bruno Domingues dos Santos
Prefeitura Municipal

Antônio Israel A. G. de Oliveira
Sociedade Civil

João Pedro Santi de Barros
Sociedade Civil

José Hieroki Kajiwara
Sociedade Civil

Campina Grande do Sul

Luiz Carlos Assunção
Prefeito Municipal

Keli Coradin
Prefeitura Municipal

Luanny Freitas
Prefeitura Municipal

Felipe Nasser Daher
Sociedade Civil

Christiane Maria Ogg N. G. Costa
Sociedade Civil

Antonio Ailton Speranceta Jr.
Sociedade Civil

Campo do Tenente

Weverton Willian Vizentin
Prefeito Municipal

Rafael Mai Santos
Prefeitura Municipal

Edvaldo Dias dos Santos
Prefeitura Municipal

Marcos Antônio Rodrigues
Sociedade Civil

Joseli Novaki de Paula
Sociedade Civil

Janaina M. da Costa
Sociedade Civil

Campo Largo

Mauricio Roberto Rivabem
Prefeito Municipal

Evelin Nunes Rezler
Prefeitura Municipal

Anna Carolina Cavalheiro
Prefeitura Municipal

Bruno Henrique Boaron
Sociedade Civil

Fernando Andres Galarza
Sociedade Civil

João Cláudio Madureira
Sociedade Civil

Campo Magro

Rilton Boza
Prefeito Municipal

Marcio Alves Moure
Prefeitura Municipal

Elaine Manfron Vieira
Prefeitura Municipal

Robson Carvalho de Matos
Sociedade Civil

Celio Roberto Pereira de Oliveira
Sociedade Civil

Sabrina Franciele França
Sociedade Civil

Contenda

Antonio Adamir Digner
Prefeito Municipal

Marcel Roberto Sandoval
Prefeitura Municipal

Bruna Paola Dziura
Prefeitura Municipal

Alexsandra M. dos Santos Lima
Sociedade Civil

Anna Paula Niederheitmann L.
Sociedade Civil

Wellyngton Machado Schnauffer
Sociedade Civil

Fazenda Rio Grande

Marco Antonio Marcondes Silva
Prefeito Municipal

Fabiano C. Assumpção
Prefeitura Municipal

Monique Kist
Prefeitura Municipal

Adalberto Vieira
Sociedade Civil

Fernando Luiz Frigeri
Sociedade Civil

Ruan Felipe Garcia de Souza
Sociedade Civil

Cerro Azul

Edson Cordeiro do Nascimento
Prefeito Municipal

Alexandre Dantas Briguetti
Prefeitura Municipal

Igor Marcel Martellosso Filus
Prefeitura Municipal

Curitiba

Eduardo Pimentel
Prefeito Municipal

Thiago Bonagura
Prefeitura Municipal

Dalton Borba
Prefeitura Municipal

Mariane Erbanor Romeiro
Sociedade Civil

Janaina de Fátima Chudzik
Sociedade Civil

Ricardo Hirodi Toyofuku
Sociedade Civil

Itaperuçu

Edilson Ruiz de Freitas
Prefeito Municipal

Araslei Cumin
Prefeitura Municipal

Juarez R. Teixeira de Lara
Prefeitura Municipal

Colombo

Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal

Grehigor Stuart Macedo
Prefeitura Municipal

André Lucas F. Ferreira
Prefeitura Municipal

Emiliana de Fátima Machado
Sociedade Civil

Kelly Susel M. Oliveira Santos
Sociedade Civil

Paulo César Medeiros
Sociedade Civil
Josmar Lima Amaral
Sociedade Civil

Doutor Ulysses

Esquiel Bestel Junior
Prefeito Municipal

Vani Felex da Silva
Prefeitura Municipal

Jurandir Kapp Junior
Prefeitura Municipal

Orlando José de Oliveira Neto
Sociedade Civil

Eunice Aparecida de Souza
Sociedade Civil

Tania Cristina R. de Almeida
Sociedade Civil

Lapa

Diego Timbirussu Ribas
Prefeito Municipal

Pedro Henrique da Silva
Prefeitura Municipal

Régis Soares Schinda
Prefeitura Municipal

Mandirituba

Felipe Machado
Prefeito Municipal

Ana Teresa do Amaral Palú
Prefeitura Municipal

Josué da Roza Coelho
Prefeitura Municipal

Piên

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Isabelle Barcelos Malaquias
Prefeitura Municipal

Simon Schineider
Prefeitura Municipal

Jair Zeferino da Silva Junior
Sociedade Civil

Orlando Liebl
Sociedade Civil

Agnaldo Soares Martins
Sociedade Civil

Pinhais

Rosa Maria de Jesus Colombo
Prefeita Municipal

Yoná Lemos Ruthes
Prefeitura Municipal

Leonardo B. Favretto
Prefeitura Municipal

Raquel Celoni Dombroski
Sociedade Civil

Tiago Molin Pastre
Sociedade Civil

Fernando Beneton Thiele
Sociedade Civil

Piraquara

Marcus Tesserolli
Prefeito Municipal

Lidiany de Amorim Baptista
Prefeitura Municipal

Amanda Fernandes de Oliveira
Prefeitura Municipal

Cleverson Antunes de Oliveira
Sociedade Civil

Thiago da Silva Pereira
Sociedade Civil

Ana Caroline Giordani
Sociedade Civil

Quatro Barras

Loreno Bernardo Tolardo
Prefeito Municipal

Levi Camargo
Prefeitura Municipal

Cleverson Santos Fortes
Prefeitura Municipal

José C. Gomes dos Reis Neto
Sociedade Civil

Luiz Jair Minatti
Sociedade Civil

Naziel de Oliveira
Sociedade Civil

Quitandinha

José Ribeiro de Moura
Prefeito Municipal

Thiago Luiz Boll
Prefeitura Municipal

Lucas Selusnhaki
Prefeitura Municipal

Carlos Eduardo Paolini
Sociedade Civil

Felix Kusdra
Sociedade Civil

Cleudir Steff Rogovski
Sociedade Civil

Rio Branco do Sul

Karime Fayad
Prefeita Municipal

Elisa Detzel Bernet
Prefeitura Municipal

Fernanda Cantarim
Prefeitura Municipal

Elisabete Alves da Silva
Sociedade Civil

Gislaine Cristina Slittingg Dias
Sociedade Civil

Paulo Rodrigo Calaça
Sociedade Civil

Rio Negro

Alessandro Von Linsingen
Prefeito Municipal

Frederico Mercer Guimarães Jr
Prefeitura Municipal

Gabriel Wilczek
Prefeitura Municipal

Silvio Wilczek
Sociedade Civil

Geovane de Lima
Sociedade Civil

Luis Eduardo Guenther
Sociedade Civil

São José dos Pinhais

Margarida Maria Singer
Prefeita Municipal

Beatriz Lemos de Almeida
Prefeitura Municipal

Beatriz Madalena dos Santos
Prefeitura Municipal

Christian Frederico da Cunha B.
Sociedade Civil

José Augusto Zanchetta
Sociedade Civil

Beatriz Lemos de Almeida
Sociedade Civil

Tijucas do Sul

José Altair Moreira
Prefeito Municipal

Amanda Valenga Schelbauer
Prefeitura Municipal

Luciana Mickus Pichorim
Prefeitura Municipal

Manoel Marcos da Silva
Sociedade Civil

Jose Adilson da Silva
Sociedade Civil

Roberta Bilau Moreira Santos
Sociedade Civil

Tunas do Paraná

Marco Antônio Baldão
Prefeito Municipal

Ana Caroline Ferreira Felchak
Prefeitura Municipal

Jean Ribeiro Neres
Prefeitura Municipal

Irinéia do Rocio Santos Frazão
Sociedade Civil

Paulo Josué Malanski
Sociedade Civil

Osias Ribeiro Santos
Sociedade Civil

EQUIPES DE ACOMPANHAMENTO DA SOCIEDADE ORGANIZADA

Associações e Movimentos Sociais

Associação de Moradores Jardim Nova Veneza

Movimento Pró-Paraná

Cooperativas e Associações de Habitação

Ass. de Moradores A Força de um Poder Maior

Fundo Mais Moradia em Aluguel de Int. Social

União por Moradia Popular do Estado do Paraná

Entidades Empresariais

APDC

Ass. dos Produtores de Derivados do Calcário

Associação Metrocard

SINDICAL

Sind. das Indústrias de Cal no Estado do Paraná

Entidades Profissionais

ABAP

Associação Brasileira de Arq. Paisagistas

ABES-PR

Ass. Brasileira de Eng. Sanitária e Ambiental

ACCTBA

Ass. dos Contabilistas de Curitiba e R. M.

APEAM-PR

Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais

CAU-PR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná

CREA-PR

Conselho R. de Engenharia e Agronomia do Paraná

Cooperlargo

Cooperativa da Agricultura Familiar de Campo Largo

IEP

Instituto de Engenharia do Paraná

OAB-PR

Ordem dos Advogados do Brasil

SINDIMOC

Sind. dos Mot. e Cob. de Ônibus de Curitiba e R.M.

SINSEP

Sind. dos Serv. Pub. Municipais de S. José dos Pinhais

ONGs e Entidades Sociais

ANAMOB

Agência Nacional de Mobilidade

CEFURIA

Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

Cicloguaçu

Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu

IDP

Instituto de Defesa da Democracia Popular

Kurytiba Metropole

PL

Partido Liberal de Campo Largo

SPVS

Inst. de Pesq. em V. Selv. e Educação Ambiental

Instituto Purunã

Universidades e Pesquisa

FUNPAR

Fundação da Universidade Federal do Paraná

Observatório das Metrôpoles – Núcleo Curitiba

UP

Universidade Positivo

UTP

Universidade Tuiuti do Paraná

Outros Segmentos

CEDI-PR

Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

CBH-COALIAR

Comitê das Bac. do A. Iguaçu e Afl. do A. Ribeira

CMDM-SJP

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - SJP

CMMA

Conselho Municipal do Meio Ambiente de Curitiba

SUMÁRIO

1.	Introdução	18
2.	Memórias dos Eventos	19
2.1	Reunião de Alinhamento 01	19
2.2	Reunião de Alinhamento 02	23
2.3	Relatório de Participação Audiência Final	26
2.4	Reunião de Alinhamento 03	75
2.5	Reunião de Alinhamento 04	80
2.6	Reunião de Alinhamento 05	83
2.6	Reunião de Alinhamento 06	87
2.7	Reunião de Alinhamento 07	90
2.8	Reunião de Alinhamento 08	93
2.9	Reunião de Alinhamento 09	96
2.10	Fórum Metropolitano	100

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1:	Fotografias Audiência Pública Final – Sede do Evento	28
Figura 2:	Total de participantes	28
Figura 3:	Nuvem de palavras com as palavras-chave das contribuições recebidas	29
Figura 4:	Contribuições recebidas pelas fichas – Sede do Evento (Curitiba)	31
Figura 5:	Lista de presença – Sede do Evento (Curitiba)	70

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Síntese dos Eventos da Etapa 06 apresentados no volume	18
Quadro 2:	Contribuições recebidas presencialmente	33

1. Introdução

O Relatório de Atividades aqui apresentado corresponde a parte do conteúdo técnico previsto para a Fase 6 – Elaboração do Documento Final, segundo o Termo de Referência para a elaboração do Plano de Desenvolvimento no Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

É importante ressaltar que para cada evento foram produzidos registros fotográficos, listas de presença, apresentações e a memória dos tópicos abordados pelos presentes na reunião. Em concordância com o TR, todos os eventos previstos para a Fase 06 foram realizados, juntamente com outras reuniões de caráter complementar, ou seja, não previstos no TR, todavia entendidas como necessárias pelas equipes responsáveis.

O quadro a seguir sintetiza os eventos ocorridos durante a Fase 06 do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba que são apresentados nesse volume.

QUADRO 1: SÍNTESE DOS EVENTOS DA ETAPA 06 APRESENTADOS NO VOLUME

EVENTO	DATA
Reunião de Alinhamento 01	21/08/2025
Reunião de Alinhamento 02	24/11/2025
Relatório de Participação Audiência Final	11/12/2025
Reunião de Alinhamento 03	16/12/2025
Reunião de Alinhamento 04	13/01/2026
Reunião de Alinhamento 05	19/01/2026
Reunião de Alinhamento 06	27/01/2026
Reunião de Alinhamento 07	28/01/2026
Reunião de Alinhamento 08	03/02/2026
Reunião de Alinhamento 09	06/03/2026
Fórum Metropolitano	16/03/2026

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

2. Memórias dos Eventos

O presente tópico corresponde ao escopo principal do Relatório de Atividades 06, do qual fazem parte as descrições detalhadas dos eventos realizados ao longo da Fase 6 – Elaboração do Documento Final. As memórias dos eventos contemplam os registros da data, do horário, do local e dos participantes presentes, os registros fotográficos ou captura de tela para atividades remotas, a apresentação dos materiais de apoio quando utilizados e os relatos dos tópicos abordados, seus apontamentos, considerações, decisões e encaminhamentos.

2.1 Reunião de Alinhamento 01

Data: 21/08/2025

Horário: 10:00 – 11:30

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) – Rua Jacy Loureiro Campos, s/n.

Pauta: Definição do formato, da estrutura de capítulos e da identidade do Produto Final (P9) do PDUI-RMC.

2.1.1 Memória

Definição do formato, da estrutura de capítulos e da identidade do Produto Final (P9) do PDUI-RMC.

Estrutura do P9

Apontamentos e Considerações

- Douglas Viero, do Consórcio, abriu a reunião apresentando os objetivos do encontro, centrados na necessidade de alinhar as expectativas em torno do P9. Explicou que, conforme conversas preliminares entre a equipe da contratada e da contratante, o produto deve ocupar posição intermediária entre o modelo do PDDI da RMBH e o PDI

do Paraná, conciliando caráter técnico e uma narrativa mais acessível, buscando algumas referências no caderno síntese do PDUI do Rio de Janeiro. Douglas informou ainda que o objetivo principal da reunião seria pactuar definições macro sobre esse produto, definindo-se, minimamente, se seria um produto único, quantidade estimada de páginas e formato geral.

- Na sequência, Paulo apresentou exemplos gráficos e de diagramação utilizados em outros projetos (Cabedelo, Cascavel, PDUI de Belo Horizonte), destacando vantagens e limitações de cada formato. Foi consensuado que o formato A4 retrato é o mais adequado para os mapas e para a apresentação final do produto.
- Os participantes acordaram que o documento será único, com capa dura e aproximadamente 150 a 200 páginas. A linguagem deverá ser acessível, evitando excesso de termos técnicos, de modo a facilitar a leitura por gestores, técnicos e público leigo.
 - Ficou definido que a estrutura interna contemplará:
 - Apresentação;
 - Capítulo específico sobre o processo de construção do plano, com foco na participação social;
 - Diagnóstico sintético, condensando as análises realizadas;
 - Diretrizes e propostas, com foco nas três FPICs prioritárias e ênfase nas ações especializadas;
 - Capítulo específico para macrozoneamento e Áreas Metropolitanas de Metropolitano (AMI);
 - Governança metropolitana;
 - Encerramento sucinto, em caráter conclusivo.
- Foi acordado que os mapas terão tratamento mais artístico, inspirados no modelo de Cabedelo, mas preservando informações técnicas essenciais sempre que possível. Quadros sintéticos serão utilizados para resumir conteúdos extensos, evitando sobrecarga visual.

- Andressa Trindade, da AMEP, sugeriu que a capa mantenha uma faixa branca próxima à dobra para reduzir marcas de uso. A identidade visual seguirá as cores e fontes já definidas no início do plano, com liberdade criativa para capa e elementos de destaque, independentemente do Manual de Identidade Visual do Estado, por se tratar de um produto especial.
- Para compatibilizar o atendimento ao Termo de Referência e às expectativas da gestão da AMEP, o Produto P9 deverá observar o pactuado nesta reunião, indicando de forma explícita em quais produtos se encontram os itens previstos no TR que não serão incorporados ao P9. Ressalta-se que este produto tem como finalidade principal a comunicação do plano ao público em geral, não sendo pertinente a inclusão de conteúdos como o Plano de Ação detalhado ou as minutas de lei, os quais estarão devidamente contemplados nos Produtos P3 e P6, respectivamente.
- Foi enfatizado que o P9 terá função de síntese e apresentação, devendo condensar o processo e os resultados do PDUI em um volume visualmente atrativo.

Encaminhamentos

- A equipe do Consórcio apresentará, até a próxima semana, uma proposta de distribuição de capítulos e número estimado de páginas de cada um. Também iniciará a elaboração do esqueleto do caderno (sumário, numeração, capas de capítulo) para validação. A primeira versão de capa do produto deverá ser apresentada em até duas semanas para a avaliação da ES.
- A presente memória reunião servirá para a formalização dos ajustes realizados no P9 e o atendimento ao TR, conforme pactuado com o fiscal do contrato que participou virtualmente do evento.

2.1.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Débora Follador	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Paulo Dula Neto	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Andressa Trindade	AMEP
Matheus Cabral	AMEP
Carla Gerhardt	AMEP
Ruan Amaral	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP
Wilhelm Meiners	AMEP
Mateus Amado	AMEP

2.1.3 Lista de presença

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: *Reuniao Sistematizada Pa.*

Fase:

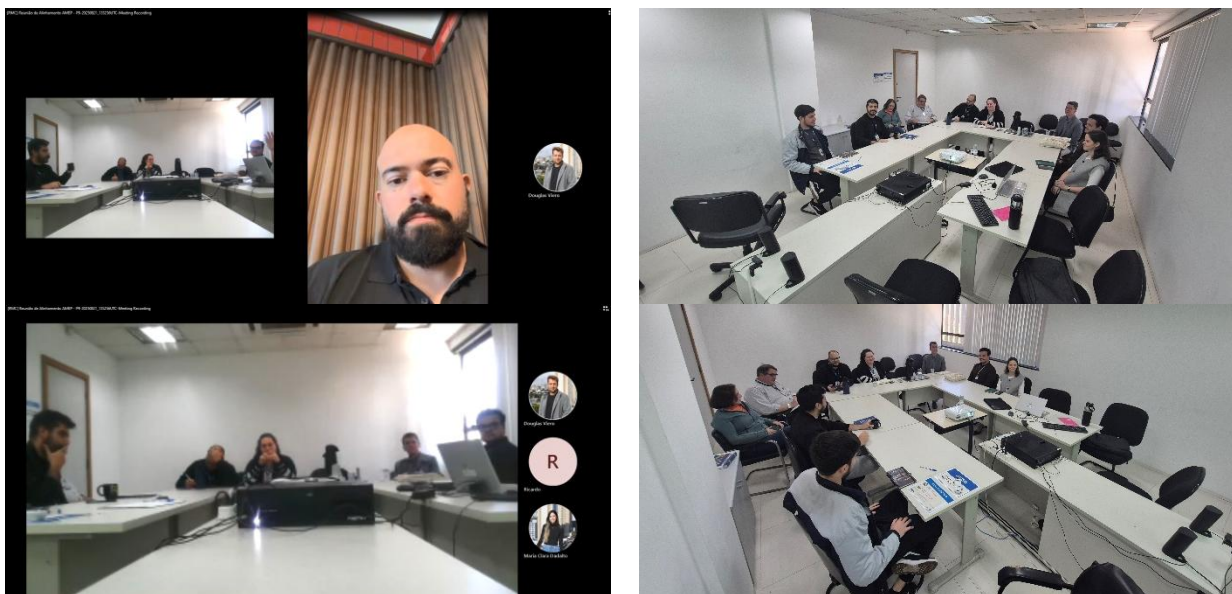
Data: *21/08/25*

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
<i>Douglas Viero</i>	<i>Consórcio</i>		<i>[Signature]</i>
<i>Débora Follador</i>	<i>Consórcio</i>		<i>[Signature]</i>
<i>Paulo Dula Neto</i>	<i>Consórcio</i>		<i>[Signature]</i>
<i>ANDRESSA TRINDADE</i>	<i>AMEP</i>		<i>[Signature]</i>
<i>Matheus dos Santos Cabral</i>	<i>AMEP</i>		<i>[Signature]</i>
<i>CARLA GERHARDT</i>	<i>AMEP</i>		<i>[Signature]</i>
<i>IVAN AMARAL</i>	<i>AMEP</i>		<i>[Signature]</i>
<i>Mateus da Rocha Amado</i>	<i>AMEP</i>		<i>[Signature]</i>
<i>Wilhelm Meiners</i>	<i>AMEP</i>		<i>[Signature]</i>
<i>GUSTAVO TANIGUCHI</i>	<i>CONSORCIO</i>		<i>[Signature]</i>

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



2.1.4 Registros



2.2 Reunião de Alinhamento 02

Data: 24/11/2025

Horário: 15:30 – 16:30

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Plataforma Virtual Microsoft Teams

Pauta: Produto 09.

2.2.1 Memória

Alinhamentos relacionados ao Produto 09.

Estrutura do P9

Apontamentos e Considerações

- Douglas Viero, engenheiro civil do consórcio, iniciou a reunião explicando brevemente a estrutura do Produto 09, em seguida, passou a palavra aos representantes da AMEP para que fizessem suas considerações.

- Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, explicou a estratégia pensada pela equipe da AMEP de detalhar ao menos um programa por FPIC na apresentação da Audiência Pública, tendo em vista o curto prazo para a publicação do produto. Depois, disse que a AMEP encaminhará um exemplo de detalhamento de um dos programas a partir do material elaborado.
- Douglas esclareceu que pretende enviar o documento completo até o final do dia (24 de novembro de 2025) para a AMEP.
- Luciane Taniguchi, advogada do consórcio, explicou que o Produto 09 é composto pelo Resumo Executivo, pelo Plano de Ação e pelas Minutas, e que o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM), não previsto no TR, foi incorporado ao Plano de Ação posteriormente, de forma complementar.
- Raul Gradovski, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, questionou se a equipe do consórcio pretendia colocar as Minutas de Lei como anexo do P9. Luciane respondeu em negativa e esclareceu que a Lei da Governança e a Lei do PDUI já estão consolidadas e constam no escopo do P6C.
- Wilhelm Meiners, economista da AMEP e coordenador da FPIC de Desenvolvimento Social e Econômico, explicou que o exemplo de detalhamento do programa que será enviado ao consórcio busca estabelecer uma relação entre os programas e os indicativos de impacto, sugerindo alterações na estrutura no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM).
- Luciane esclareceu que o SAM já é estruturado dessa forma, informando as relações entre os programas e os indicativos. Quanto ao exemplo a ser elaborado pela AMEP, pediu para que a escolha do programa leve em consideração a quantidade de ações incluídas nele, tendo em vista o tempo limitado da audiência. Além disso, Luciane explicou que o objetivo do evento é apresentar o Plano de Ação.
- Lissandra Baldissera, arquiteta e urbanista da AMEP, destacou a falta de informações na apresentação da oficina. Douglas respondeu que está esperando a finalização dos

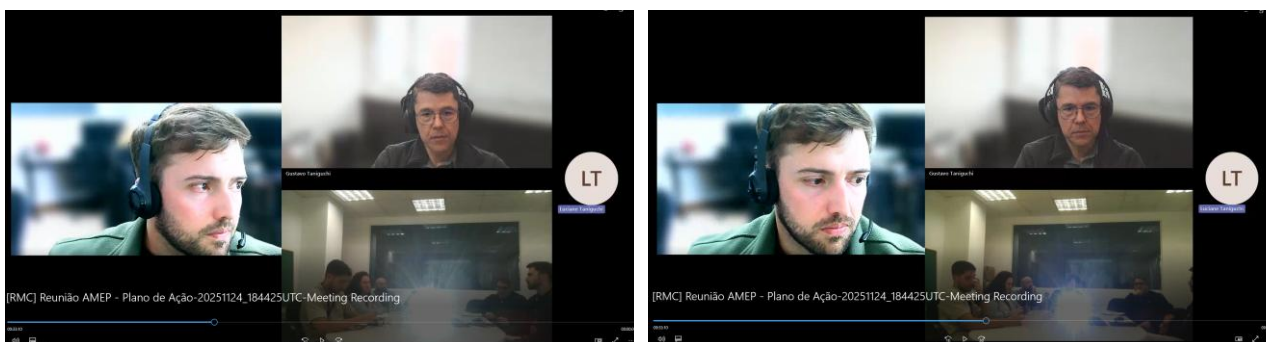
comentários no documento para que as alterações sejam feitas. Lissandra afirmou que o documento será enviado até o final do dia (24 de novembro de 2025).

- Wilhelm criticou o fato de alguns indicadores desempenharem mais de uma função, e defendeu que haja um indicador de implementação para o acompanhamento da ação e um indicador da realidade social para o monitoramento. Douglas e Luciane esclareceram que os indicadores foram trazidos do Produto 3, e organizados de maneira didática e detalhada no Produto 9.
- Ricardo questionou se havia outra planilha além da planilha do Plano de Ação. Douglas respondeu que enviou a planilha do Plano de Ação, e que a planilha mencionada é de Sistema de Acompanhamento e Monitoramento, contendo os indicadores. Ricardo perguntou se essas planilhas poderiam ser unificadas. Luciane respondeu que não, devido à quantidade e complexidade das informações. Raul sugeriu que na audiência essas informações sejam apresentadas de forma unificada. Luciane concordou com Raul.
- Gustavo enfatizou a importância de confirmar com o presidente quais programas e indicativos ele considera que devem ser apresentados.

2.2.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Luciane Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Wilhelm Meiners	AMEP
Raul Gradovski	AMEP
Ruan Amaral	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP
Andressa Trindade	AMEP
Gustavo Machado	AMEP
Lissandra Baldissera	AMEP

2.2.3 Registros



2.3 Relatório de Participação Audiência Final

2.3.1 Introdução

A Audiência Pública Final do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC), conforme previsto no Termo de Referência, foi realizada com o objetivo de apresentar à população os resultados dos trabalhos desenvolvidos na elaboração do Relatório Final, composto pelo Volume I — Caderno Síntese e pelo Volume II — Plano de Ação e Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (Produto 09). O evento contou com a participação de membros das equipes responsáveis pela construção do Plano, representantes dos municípios, da sociedade civil organizada e demais interessados.

Dessa maneira, o público pôde levantar questões ao Consórcio PDUI-RMC Sustentável e à Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), por meio de questionamentos e observações, para contribuir com a construção da versão final dos Produtos 09 (P9). O presente Relatório Técnico apresenta uma síntese da participação popular no evento e dedica-se a responder aos questionamentos e observações realizados pela população que não foram contemplados ao longo da Audiência devido ao tempo.

Ademais, foram consideradas as contribuições recebidas no site oficial do PDUI-RMC durante um período de 5 dias úteis a partir da data do evento. Ressalta-se que a Ata da Audiência Pública Final (Apêndice II) contém o detalhamento dos acontecimentos na sede

durante a realização do evento, bem como a relação de presentes, os registros fotográficos oficiais e as fichas de contribuição.

2.3.2 A Audiência Pública

A Audiência Pública Final do processo de desenvolvimento do PDUI-RMC foi realizada em 11 de dezembro de 2025, com sede no Museu Oscar Niemeyer, localizado no município de Curitiba, no período das 09h às 12h. Houve a transmissão online da Audiência Pública pelo canal oficial da AMEP no Youtube, de modo a possibilitar a assimilação das atividades pelas pessoas que não puderam estar presentes de maneira presencial.

A audiência terá como pauta principal a apresentação do Produto 9 — Relatório Final com as Propostas Consolidadas do PDUI-RMC. Essa oportunidade simboliza a conclusão do processo participativo de elaboração do Plano, conforme as exigências do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015).

Durante a apresentação técnica, serão abordados os conteúdos do Produto 9, que contemplam: o Caderno Síntese do PDUI-RMC, que apresenta uma visão integrada e concisa do Plano; o Plano de Ação, que estabelece metas e iniciativas estratégicas de curto, médio e longo prazo; e o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento, que orienta mecanismos e indicadores para avaliar a implementação do PDUI-RMC ao longo do tempo. Ressalta-se que a Ata da Audiência Pública Final, com descrição pormenorizada dos temas discutidos, é apresentada no Apêndice II.

Em seguida, foi organizada a apresentação das contribuições pela população, intercaladas a explicações da mesa técnica, formada por profissionais do Consórcio e da AMEP. Os apontamentos da equipe técnica aos questionamentos e sugestões apresentados por escrito que não tiveram complementação oral, por desejo do expectador, são apresentados no Apêndice I.

FIGURA 1: FOTOGRAFIAS AUDIÊNCIA PÚBLICA FINAL – SEDE DO EVENTO

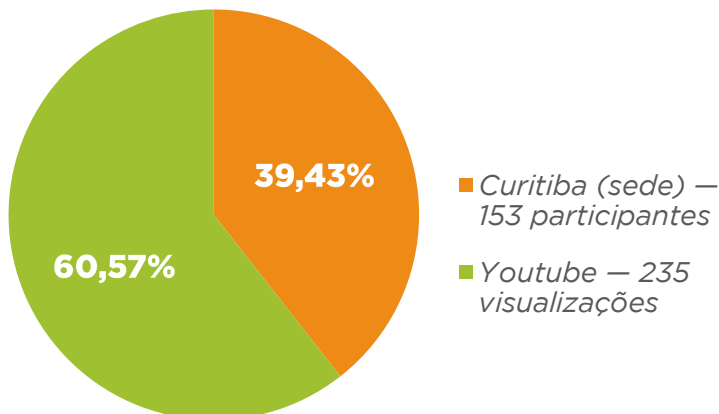


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

2.3.2.1 Participação Social

A Figura 2 apresenta o total de participações da Audiência Pública Final do processo de elaboração do PDUI-RMC. Contabilizou-se um total de 388 participantes durante o evento, sendo 153 presenciais (39,43%). No que diz respeito a transmissão ao vivo pelo YouTube, até o momento, contabiliza-se 235 visualizações (60,57%).

FIGURA 2: TOTAL DE PARTICIPANTES



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

No que se refere às contribuições obtidas durante o evento, foram registradas 4 contribuições presenciais, realizadas por meio de fichas de contribuição. O site do Plano não recebeu contribuições. As contribuições recebidas Audiência Pública Final do PDUI-RMC foram respondidas no Apêndice I — Contribuições recebidas pelas fichas.

Por fim, a Figura 3 é uma representação visual das palavras-chave ou termos mais frequentes extraídos das contribuições recebidas durante a Audiência Pública Final. Nesse contexto, a nuvem de palavras ajuda a destacar as palavras ou termos mais significativos para os participantes. Cada palavra aparece em um tamanho proporcional à sua frequência de ocorrência nas contribuições. Isso significa que palavras ou termos que foram mencionados com mais frequência aparecem em tamanho maior, destacando-se “municípios da rmc”, “transporte intermunicipal”, “emprego e renda”, “próximos passos”, “transporte ferroviário”, entre outros.

FIGURA 3: NUVEM DE PALAVRAS COM AS PALAVRAS-CHAVE DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

2.3.3 Apêndices

Apêndice I — Contribuições recebidas pelas fichas

O Quadro 2, apresentado na sequência, contém as contribuições recebidas presencialmente, durante a realização da Audiência Pública Final do PDUI-RMC, bem como os esclarecimentos necessários.

FIGURA 4: CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PELAS FICHAS – SEDE DO EVENTO (CURITIBA)

QUER COMPLEMENTAR 1

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba

Nome: Angélica Jordão Tel: _____

Entidade: Comunidade Logosul E-mail: comunidade.logosul@gmail.com

Município: Araucária Data: 11/12/25

Dúvida Crítica/sugestão

concordo plenamente que a reunião falou por uma ideia desafiadora que mais tem a fazer com o papel da paisagem se trata de regularização fundiária tem que trazer o representante de cooperar assim podemos tirar papel e colocar tudo em prática

Agradecemos pela sua participação! Mais informações em: www.pduirmc.com.br

QUER FALAR 2

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba

Nome: GERALDO L. AMARAL Tel: _____

Entidade: CIDADÃO E-mail: geraldoml@gmail.com

Município: CURITIBA Data: 11/12/2025

Dúvida Crítica/sugestão /FALSO*

PROMOVER/ESTIMULAR/INCENTIVAR O TRANSP. FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS ENTRE OS MUNICÍPIOS DA RMC SEM DE CARGAS. COM BASE NO PROJETO DO TREM METROPOLITANO PROPOSTO A + DE 15 ANOS P/ARQ. LOLO CORNELSEN MANTIDOS NOS ARQ. DO IEP- BANCO DE IDEIAS

Agradecemos pela sua participação! Mais informações em: www.pduirmc.com.br

QUER FALAR

3

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba



Nome: Angélica Fardes Tel: (41) 996190805
Entidade: Comunidade Logoa Azul E-mail: comunidade.logoa@ig.com.br
Município: Araucária Data: / /

Dúvida Crítica/sugestão

O desafio: A região precisa de mobilidade e integração com Curitiba, pois Araucária (a região polo) e todos os municípios precisam também de Curitiba em questões de saúde e emprego. Quais são os mecanismos práticos de melhoria e cooperação intermunicipal e garantir que o planejamento metropolitano promova a saúde e emprego nos municípios-falantes e não apenas em Curitiba.

Agradecemos pela sua participação! Mais informações em: www.pduirmc.com.br



NÃO QUER FALAR

4

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba



Nome: RAFAEL OLIVEIRA Tel: _____
Entidade: KURYTIBA METROPOLE E-mail: _____
Município: CURITIBA Data: 11/12/2025

Dúvida Crítica/sugestão

QUAL É A EXPECTATIVA DE PRÓXIMOS PASSOS NOS PRÓXIMOS 3 A 6 MESES?

(NÃO PRECISO DE FALA)

Agradecemos pela sua participação! Mais informações em: www.pduirmc.com.br



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

QUADRO 2: CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PRESENCIALMENTE

Participante	Município	Contribuição	Esclarecimento
Angélica Jordão (Comunidade Lagoa Azul)	Araucária	“Concordo plenamente o que a Karime falou pois maior desafio que nois tem é fazer sair do papel pois se trata de regularização fundiária tem que trazer representante da Coapar assim podemos tirar papel e colocar tudo em pratica.”	Agradecemos a contribuição. A efetivação das ações de regularização fundiária demanda, de fato, articulação institucional entre os municípios, o Estado e os órgãos responsáveis, como a COHAPAR. O Produto 06 — Modelo Preliminar de Gestão Plena e Governança Interfederativa reconhece que a principal condição para “tirar as ações do papel” é o fortalecimento da governança metropolitana e da coordenação entre os entes e instituições com competência legal sobre o tema. Nesse sentido, o Plano propõe a estruturação de instâncias de pactuação, mecanismos de cooperação interfederativa e instrumentos institucionais voltados à atuação integrada entre municípios, Estado e agentes setoriais, criando as bases necessárias para viabilizar a implementação das ações previstas, respeitando as atribuições legais de cada instituição.
Geraldo Amaral	Curitiba	“Promover/Estimular/Incentivar o transporte ferroviário de passageiros entre municípios da RMC além de cargas com base no projeto do trem metropolitano proposto a + de 15 anos p/ Arq. Lolo Cornelsen mantidos nos Arq. Do IEP – Banco de Ideias”	Agradecemos a contribuição. O Produto 03B — Diretrizes para a Mobilidade da RMC contempla a Ação 2.2.2 — Estruturar solução para utilização de trechos da linha férrea para o transporte de passageiros. Essa ação prevê, entre outras iniciativas, a realização de estudos de viabilidade para o reaproveitamento da malha ferroviária a ser desativada na RMC, a articulação institucional entre os entes federativos para definição do uso da faixa de domínio e o planejamento da implantação de estações, terminais e da integração com outros modos de transporte, em especial o transporte público coletivo metropolitano e a mobilidade ativa. No que se refere ao transporte ferroviário de cargas, o produto contempla o Programa 1.2 — Organização do escoamento de cargas, cujo objetivo principal é reduzir os conflitos entre os fluxos logísticos e os deslocamentos cotidianos de passageiros na RMC. Entre as ações e diretrizes associadas, destacam-se a implantação da Nova Ferroeste e dos contornos ferroviários metropolitanos, voltadas ao desvio do tráfego de cargas das áreas urbanas, ao aumento da eficiência logística e à redução das interferências rodoferrviárias no tecido urbano.

Participante	Município	Contribuição	Esclarecimento
Angélica Jordão (Comunidade Lagoa Azul)	Araucária	“O desafio: A região precisa de mobilidade e integração com Curitiba, pois Araucária (a região polo) e todos municípios precisam também de Curitiba em questão de renda e emprego quais são os mecanismos práticos para melhorar o transporte intermunicipal e garantir que o planejamento metropolitano promova a renda e emprego nos municípios RMC e não apenas em Curitiba”	Agradecemos a contribuição. O Produto 03B — Diretrizes para a Mobilidade Metropolitana da RMC aborda a integração territorial e o fortalecimento do transporte intermunicipal por meio da Diretriz Estratégica 2 — Fortalecimento do Transporte Público Coletivo Metropolitano, que prevê a gestão compartilhada do sistema, a integração modal, tarifária e operacional e a implantação de corredores de transporte coletivo nos principais eixos intermunicipais. Essas ações têm como objetivo reduzir tempos de deslocamento e ampliar o acesso da população metropolitana às oportunidades de renda e emprego em toda a RMC. Complementarmente, a Diretriz Estratégica 3 promove o ordenamento territorial orientado ao transporte público, incentivando a consolidação de centralidades urbanas e atividades econômicas nos municípios metropolitanos, contribuindo para uma distribuição mais equilibrada do emprego e da renda, para além de Curitiba.
Rafael Oliveira (Kurytiba Metropole)	Curitiba	“Qual é a expectativa de próximos passos nos próximos 3 a 6 meses?”	Agradecemos a contribuição. Nos próximos três meses, está prevista a consolidação das versões finais dos seguintes produtos: Produto 05 — Definição dos processos referentes às FPICs prioritárias; Produto 07C — Base Cartográfica Integrada; e Produto 09 — Relatório Final, que compreende o Caderno Síntese e o Plano de Ação com o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento. Na sequência, a expectativa é avançar nas etapas institucionais posteriores à conclusão do PDUI-RMC, incluindo a implementação do Conselho Deliberativo da RMC e o fortalecimento da articulação com os municípios, visando à futura implementação das diretrizes e ações propostas.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

Data: 04/11/2025

Horário: 19:00 – 22:00.

Participantes: Integrantes da contratada (Consórcio URBTECTM-Technum), da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), da Equipe de Apoio (EA), das Equipes de Acompanhamento Municipais (EAMs), da Equipe de Acompanhamento da Sociedade Organizada (EASO) e da sociedade civil interessada.

Local: Auditório Poty Lazzarotto – Museu Oscar Niemeyer (MON) -, em Curitiba, com transmissão simultânea pelo canal da AMEP no YouTube.

Transmissão: [Link para acesso.](#)

Pauta: Apresentar a síntese dos trabalhos realizados e as propostas consolidadas do PDUI-RMC no Relatório Final, correspondente ao Caderno Síntese, ao Plano de Ação e ao Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do Plano.

Abertura da Audiência Pública Final

No dia 11 de dezembro de 2025, realizou-se a Audiência Pública Final do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), promovida pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Estado do Paraná (AMEP). A audiência teve como objetivo informar a população, coletar contribuições e apresentar o processo de participação social desenvolvido ao longo da construção coletiva do plano. O evento ocorreu no Auditório Poty Lazzarotto – Museu Oscar Niemeyer (MON) -, em Curitiba, e foi transmitido ao vivo pelo canal da AMEP no YouTube.

Participaram da audiência autoridades locais e regionais, representantes da sociedade civil e a população dos 29 municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Nesta sessão, a audiência abordou o conteúdo do Relatório Final do PDUI-RMC, que contempla a síntese dos trabalhos realizados e as propostas consolidadas do plano.

A abertura foi conduzida por Rodrigo Rodrigues, membro da equipe da AMEP, que agradeceu os presentes em nome da Agência e do Estado do Paraná. Explicou que a

finalidade da presente Audiência foi apresentar à sociedade civil o conteúdo consolidado do Produto 9, composto pelo Caderno Síntese, pelo Plano de Ação e pelo Sistema de Acompanhamento e Monitoramento, resultante da integração das diretrizes, programas e ações construídas ao longo do processo, bem como da consolidação de parâmetros que permitirão acompanhar a implementação do plano no longo prazo. Destacou que o evento marca o encerramento do ciclo participativo previsto no Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), reafirmado o compromisso com a transparência, participação social e governança interfederativa. Por fim, tratou que, em momento posterior a Audiência, o plano será encaminhado às etapas formais de pactuação entre os gestores municipais, em foro específico que deliberará sobre as propostas de recorte territorial e modelo de governança interfederativa, ao mesmo tempo que ocorrerão avanços na elaboração dos processos de gestão das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Os participantes foram convidados a registrar presença e, aqueles que desejassem se manifestar, a preencher a ficha de contribuição oral, disponibilizada pela equipe de apoio do Consórcio PDUI-RMC Sustentável. Rodrigo informou que a ordem de entrega das fichas definiria a sequência das falas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no regulamento.

Na sequência, foram exibidos vídeos institucionais sobre os potenciais do estado do Paraná e sobre o processo de elaboração do PDUI-RMC, destacando-se a consideração de diversos indicadores, bem como o caráter estratégico do planejamento integrado metropolitano orientado pelas FPICs. Foi ressaltado que o PDUI constitui uma realização do Governo do Estado do Paraná, por meio da AMEP, em parceria com o Consórcio PDUI-RMC Sustentável, tendo envolvido representantes de todos os municípios da RMC, de diferentes segmentos da sociedade civil e da população em geral, ao longo de mais de quatrocentos e cinquenta eventos participativos, entre audiências públicas, oficinas comunitárias, reuniões técnicas e outros encontros.

Dando prosseguimento aos trabalhos, foram convidados a compor a mesa de abertura as seguintes autoridades: Gilson Santos, diretor-presidente da AMEP; Luizão Goulart, Secretário de Estado da Administração e Previdência; Dra. Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça e representante do Procurador Geral Dr. Francisco Zaniccotti;

Gustavo Taniguchi, engenheiro civil do consórcio e coordenador geral da elaboração do PDUI-RMC; Thomaz Ramalho, representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC; Thiago Bonagura, Secretário de Assuntos Metropolitanos de Curitiba e representante do prefeito de Curitiba Eduardo Pimentel; e Karime Fayada, prefeita de Rio Branco do Sul e representante dos demais municípios da Região Metropolitana.

Rodrigo agradeceu a presença de Marcos Baldão, prefeito de Tunas do Paraná; Michele Riquetti Tesser, representante do SEBRAE; e Luiz Salvador, representante do Movimento Pró-Paraná.

Em seguida, Gilson Santos fez uso da palavra, agradecendo a presença dos participantes e destacando a relevância do momento, que marcou a conclusão da elaboração do plano, bem como a participação colaborativa de diversas instituições públicas, movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Agradeceu individualmente cada membro da mesa técnica, destacando a relevância e a representatividade de cada um. Também enfatizou que o processo de construção é contínuo e passível de adaptações, em função das mudanças nas dinâmicas urbanas. Gilson salientou ainda o caráter singular do momento, tendo em vista a elaboração simultânea dos Planos Diretores municipais e do Plano Metropolitano, e esclareceu que, apesar da proposta de um novo Recorte Metropolitano, os municípios não inseridos nesse território não deixariam de receber recursos nem suporte institucional. Nesse sentido, ressaltou a importância da atuação conjunta entre Estado, Municípios e instituições, bem como experiências práticas de governança interfederativas e seus impactos positivos na melhoria das condições de vida da população, especialmente em territórios mais vulneráveis. Ao final de sua manifestação, parabenizou os envolvidos pelo trabalho desenvolvido e reforçou a importância do PDUI como referência para o desenvolvimento integrado da RMC.

Encerrada a fala de Gilson, Gustavo Taniguchi, engenheiro civil do consórcio e coordenador geral da elaboração do PDUI-RMC, foi convidado a se pronunciar, dando continuidade à programação. Ele registrou que a eventual ampliação do prazo de execução do plano mostrou-se positiva, por permitir maior aprofundamento dos debates, a realização de novos encontros com a população e maior interação com as equipes

técnicas municipais. Destacou, ainda, o processo de reestruturação administrativa da AMEP, que passou por significativa ampliação de seu quadro funcional, demandando esforços de integração, alinhamento e amadurecimento institucional. Ressaltou que o Termo de Referência que orientou a elaboração do PDUI foi concebido ao longo de extenso período e acompanhou a transformação institucional da antiga COMEC para a atual AMEP, que passou a assumir responsabilidades também sobre outras regiões metropolitanas do Estado do Paraná.

O expositor salientou o rigoroso processo de acompanhamento e controle contratual, materializado na produção de centenas de ofícios e relatórios, assegurando transparência e rastreabilidade dos atos administrativos, ainda que exigindo elevado empenho das equipes envolvidas. Enfatizou que o processo de planejamento demandou forte atuação pedagógica, colaborativa e explicativa por parte do consórcio e dos profissionais técnicos, com contribuições da equipe da AMEP, das equipes municipais e da sociedade civil organizada, que participaram de forma proativa na construção coletiva do PDUI.

Gustavo destacou, também, o extenso e necessário período de diagnóstico, com duração superior a um ano, que possibilitou a consolidação de uma base analítica detalhada sobre as FPICs e as dimensões territoriais da RMC. Tal esforço resultou na construção de uma base integrada de informações, apta a subsidiar o aprimoramento das ações de geoprocessamento da AMEP e a apoiar os municípios no planejamento e na gestão territorial. O expositor ressaltou que os desafios enfrentados evidenciam a complexidade do planejamento metropolitano e da governança interfederativa, destacando o caráter coletivo do empenho desenvolvido ao longo de todo o processo.

Ao final de sua manifestação, Gustavo agradeceu às equipes técnicas municipais, às prefeitas e aos prefeitos que disponibilizaram suas equipes para participação contínua, bem como à sociedade civil organizada, às entidades parceiras e a diversos órgãos públicos e instituições, entre os quais foram mencionados órgãos estaduais, municipais, entidades setoriais, universidades, observatórios e instituições de planejamento e infraestrutura. Ressaltou que o PDUI não pertence a uma única instituição ou esfera de governo, mas à governança interfederativa e à sociedade, sendo um instrumento voltado à construção de um futuro integrado para a RMC, enfatizando que os territórios são

transformados pelas pessoas e que o propósito do plano supera interesses individuais ou limites administrativos. Por fim, reafirmou o caráter colaborativo da construção do PDUI-RMC, a parceria com os municípios e o papel do Consórcio formado pelas empresas responsáveis pela elaboração técnica do plano. Também registrou agradecimentos ao município de Curitiba pela cessão do espaço e à equipe da AMEP pelo empenho na condução do processo.

Encerrada a exposição, o público manifestou-se com aplausos, e foi convidado a se pronunciar o diretor de Planejamento do IPPUC, Thomaz Ramalho. Em sua fala, destacou a parceria institucional entre a AMEP e o IPPUC, formalizada por meio de termo de cooperação voltado tanto à elaboração do PDUI quanto à revisão do Plano Diretor de Curitiba, ressaltando a relevância histórica e técnica das duas instituições no planejamento urbano e metropolitano do Estado do Paraná.

Thomaz abordou o fenômeno metropolitano como um dos principais desafios do planejamento territorial brasileiro contemporâneo, destacando o Estatuto da Metrópole como marco legal e apontando que o atual momento representa a primeira geração de revisões de planos sob essa perspectiva. Ressaltou a oportunidade singular de alinhamento entre a elaboração do PDUI, a revisão do Plano Diretor de Curitiba, a revisão de planos diretores de outros municípios da RM e a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, enfatizando os princípios de cooperação e solidariedade metropolitana. Saliou, ainda, que o interesse metropolitano é de natureza intermunicipal, exigindo diferentes arranjos de cooperação conforme a complexidade dos temas e dos territórios envolvidos.

Na sequência, fez uso da palavra o Secretário de Assuntos Metropolitanos de Curitiba, Thiago Bonagura, representando o Prefeito Eduardo Pimentel, que destacou o fortalecimento da governança metropolitana nos últimos anos, a ampliação da participação dos municípios da RMC nos debates e a relevância do PDUI como instrumento estruturante desse processo. Ressaltou a atuação técnica do consórcio responsável pela elaboração do plano e a importância do envolvimento do Governo do Estado, do IPPUC e das instituições municipais. Destacou iniciativas voltadas à segurança alimentar, à integração dos mercados regionais e à participação metropolitana no

processo de revisão do Plano Diretor de Curitiba, reforçando o compromisso da capital com uma atuação integrada e cooperativa junto aos municípios vizinhos.

Em seguida, a Prefeita de Rio Branco do Sul, Karime Fayad, manifestou-se em nome dos prefeitos da RMC, parabenizando a AMEP pela reestruturação institucional e pela condução do processo de elaboração do PDUI, após longo período sem a atualização do instrumento de planejamento metropolitano. Destacou a importância do plano como ferramenta de integração regional e abordou desafios municipais prioritários, especialmente nas áreas de habitação e mobilidade urbana, enfatizando a necessidade de um recorte metropolitano coerente com a realidade territorial e funcional dos municípios. Ressaltou, ainda, a relevância da integração modal e do aproveitamento da infraestrutura existente, bem como a necessidade de que o PDUI se traduza em ações concretas, mediante governança metropolitana efetiva e articulação entre as diversas secretarias e órgãos estaduais e municipais. Ao encerrar sua manifestação, Karime destacou que o maior desafio da gestão pública é a efetiva implementação dos planos elaborados, reforçando a importância de institucionalizar a governança metropolitana e de assegurar que o PDUI se torne um instrumento operativo para a transformação urbana e regional.

Rodrigo Rodrigues registrou agradecimentos à presença de representantes de entidades empresariais e institucionais, entre eles dirigentes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e representantes do setor produtivo local. Além disso, foram agradecidas as presenças da Secretária de Desenvolvimento Urbano de Campina Grande do Sul, Kelly Coradin; do Secretário de Desenvolvimento Urbano de Quatro Barras, Cleverson Fortes; e do Secretário de Desenvolvimento Urbano de Campo Largo, João Marcos. Em seguida, foi convidada a se manifestar a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Dra. Aline Bilek Bahr, representante do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Zanicotti.

Em sua manifestação, a Dra. Aline cumprimentou as autoridades presentes à mesa e o público participante, registrando sua atuação como Promotora de Justiça da área de Habitação e Urbanismo da Comarca de Curitiba e sua representação institucional do Procurador-Geral de Justiça naquela ocasião. Destacou a relevância da Audiência Pública

Final do PDUI-RMC, ressaltando que esse constitui instrumento estratégico e estruturante para o futuro metropolitano, superando a condição de mero documento técnico. Enfatizou que o plano se configura como instrumento de governança interfederativa previsto no Estatuto da Metrópole e orientará decisões relacionadas à mobilidade, habitação, uso e ocupação do solo, saneamento, proteção ambiental e desenvolvimento econômico.

A expositora destacou que o PDUI representa um pacto coletivo sobre a forma de organização e desenvolvimento da metrópole nas próximas décadas, enfatizando a interdependência entre a capital e os municípios da RMC. Ressaltou que, embora Curitiba concentre significativa parcela da população, da atividade econômica e da infraestrutura estadual, depende diretamente dos municípios metropolitanos em aspectos fundamentais, como a proteção de mananciais, a logística aeroportuária, a atividade industrial, a geração de empregos e a oferta de serviços essenciais. Pontuou que o planejamento urbano não pode ser concebido de forma isolada, sendo indispensável uma visão integrada, sistêmica e solidária entre os entes municipais.

No tocante à dinâmica habitacional, Aline destacou os desafios decorrentes do elevado grau de adensamento urbano de Curitiba, cujo território é integralmente urbanizado, ressaltando a necessidade de pensar estratégias metropolitanas para a expansão habitacional, de modo a garantir o direito à moradia digna, com equilíbrio territorial, sustentabilidade ambiental e respeito às áreas de preservação. Enfatizou que o desenvolvimento urbano deve ser conduzido com responsabilidade socioambiental, assegurando a subsistência das gerações presentes e futuras.

A Promotora de Justiça salientou que o processo de elaboração do PDUI não se encerra com a realização da Audiência Pública Final, destacando o papel contínuo do Ministério Público (MP) tanto no acompanhamento da implementação do plano quanto na fiscalização das medidas concretas dele decorrentes. Ressaltou a necessidade de incorporação das diretrizes metropolitanas nas revisões dos Planos Diretores Municipais, a prevenção de retrocessos urbanísticos contrários ao planejamento integrado e a garantia de participação social qualificada nos processos de adequação legislativa municipal. Enfatizou que o MP atua na fiscalização da materialização de direitos constitucionais assegurados pelo plano, tais como moradia digna, mobilidade segura,

meio ambiente equilibrado, saneamento adequado e redução das desigualdades sociais, com especial atenção à proteção de grupos em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, destacou ações institucionais voltadas à fiscalização da implementação de Zonas Especiais de Interesse Social, à prevenção de expulsões urbanas decorrentes de obras mal planejadas, ao acompanhamento de políticas habitacionais metropolitanas e de reassentamentos, bem como à exigência de que obras estruturantes considerem critérios de acessibilidade, impactos socioambientais e medidas compensatórias adequadas. Ressaltou que a atuação do MP busca assegurar que o planejamento integrado seja instrumento de inclusão territorial, e não de aprofundamento das desigualdades.

A expositora abordou, ainda, o papel do controle social, da transparência e do monitoramento contínuo do PDUI, destacando que o plano somente cumpre sua finalidade se for permanentemente acompanhado, avaliado e atualizado. Ressaltou a importância do acesso público a informações claras, indicadores atualizados e canais efetivos de participação social. Nesse sentido, apontou a atuação do MP na fiscalização do funcionamento das instâncias metropolitanas, como o Conselho Deliberativo e o Comitê Técnico, na exigência de prestação periódica de contas com relatórios e métricas de execução, na garantia da efetividade das audiências e consultas públicas e no estímulo a parcerias com universidades, consórcios e organizações da sociedade civil, fortalecendo o monitoramento social.

Ao concluir, a Dra. Aline destacou que, em uma metrópole marcada por dinâmicas complexas que extrapolam os limites municipais, o PDUI representa uma oportunidade singular de planejamento integrado, sustentável e solidário. Reafirmou que o MP, ao fiscalizar sua implementação, cumpre sua missão constitucional de proteção do interesse público e dos direitos coletivos, assegurando que o futuro da RMC seja construído com responsabilidade, justiça social e respeito ao meio ambiente. Registrou, ainda, manifestação pessoal relacionada a referências territoriais mencionadas durante o evento, reforçando a dimensão humana e histórica dos territórios metropolitanos, e parabenizou todos os envolvidos pelo esforço desenvolvido ao longo de aproximadamente três anos

de trabalho, colocando o MP à disposição da sociedade para o diálogo permanente e para a efetiva concretização das diretrizes do plano.

Na sequência, fez uso da palavra o Secretário de Estado da Administração e da Previdência, Luizão Goulart, que cumprimentou as autoridades presentes e destacou o fortalecimento da governança metropolitana, ressaltando o papel institucional da AMEP na promoção do desenvolvimento integrado da RMC. Enfatizou o momento político favorável à consolidação do planejamento metropolitano, destacando o apoio do Governo do Estado, a atuação municipalista da gestão estadual e o comprometimento da administração da capital com a integração regional.

O Secretário destacou iniciativas voltadas ao apoio técnico e administrativo aos municípios metropolitanos, como ações de regularização fundiária, programas de capacitação por meio da Escola de Gestão, disponibilização de atas de registro de preços estaduais aos municípios, modernização administrativa e implantação de sistemas eletrônicos de gestão e protocolo desenvolvidos pela CELEPAR, por meio do Programa Integra Paraná. Ressaltou que tais instrumentos contribuem para a integração institucional, a eficiência administrativa e o fortalecimento da gestão pública municipal. Ao final, parabenizou a organização do evento e o trabalho desenvolvido ao longo do processo de elaboração do PDUI, manifestando votos de sucesso na implementação do plano.

Concluídas as manifestações das autoridades, foi realizado convite aos representantes do Consórcio PDUI-RMC Sustentável, da equipe de supervisão, das equipes de acompanhamento municipal, da equipe de apoio e da sociedade civil organizada para a realização de registro fotográfico oficial, simbolizando o encerramento da fase de participação pública da elaboração do PDUI-RMC. Foram registrados agradecimentos à presença de todas as autoridades e participantes e informado o intervalo para coffee break, com posterior retomada dos trabalhos para a apresentação técnica do plano.

Apresentação da Audiência Pública Final

Na sequência, foi anunciada a apresentação técnica do Produto 9, que contempla o Caderno Síntese, o Plano de Ação e o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento, componentes conclusivos do PDUI-RMC, a ser realizada pela equipe do Consórcio PDUI-RMC Sustentável, composto pelas empresas URBTEC e Technum. Foram convidados para conduzir a apresentação: Gustavo Taniguchi, engenheiro civil do consórcio e coordenador geral da elaboração do PDUI-RMC; Débora Follador, arquiteta e urbanista do consórcio e coordenadora adjunta da elaboração do PDUI-RMC; Luciane Taniguchi, advogada do consórcio; e Douglas Viero, engenheiro civil do consórcio. Foi registrado que, ao final da apresentação, seria aberto espaço para manifestações orais do público, bem como para a leitura de perguntas encaminhadas por meio da transmissão virtual, caso houvesse, assegurando a participação do público remoto.

Dando início à apresentação técnica do PDUI-RMC, Gustavo apresentou as informações referentes ao Caderno Síntese, esclarecendo que o documento consolida e sistematiza todas as etapas, atividades e produtos desenvolvidos ao longo do processo de elaboração do PDUI, tendo sido previamente disponibilizada à Presidência da AMEP uma versão preliminar.

Gustavo destacou que esse Caderno apresenta uma linha do tempo do planejamento metropolitano, abrangendo desde a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas no Brasil, em 1973, passando pela criação da COMEC, pelos planos de desenvolvimento integrado elaborados a partir de 1978, pelo marco constitucional de 1988, que atribuiu aos estados a competência para instituir regiões metropolitanas, até a consolidação do arcabouço legal federal e estadual, culminando com a promulgação do Estatuto da MetrÓpole, em 2015. Ressaltou, ainda, a transformação administrativa ocorrida em 2023, com a substituição da COMEC pela AMEP, que passou a ter sob sua responsabilidade as regiões metropolitanas do Estado do Paraná.

O coordenador informou que a finalização formal do PDUI ocorrerá no exercício subsequente, considerando a necessidade de incorporação das contribuições oriundas da presente audiência pública, bem como das manifestações das equipes técnicas de

acompanhamento, das equipes municipais de apoio e da sociedade civil. Reafirmou que o plano foi estruturado a partir das cinco FPICs: Planejamento Territorial e Uso do Solo, Mobilidade Metropolitana, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Social e Econômico.

Na sequência, apresentou as fases do processo de elaboração do PDUI, compreendendo a etapa de Plano de Trabalho e Mobilização, o Diagnóstico, as Diretrizes, a definição do Recorte Territorial e do Modelo de Governança Interfederativa, culminando na elaboração do Relatório Final e do Caderno Síntese, que sintetiza o conjunto dos trabalhos desenvolvidos. Gustavo destacou a ampla realização de eventos públicos em todas as fases do processo, incluindo Audiências Públicas, Oficinas, Seminários e outros encontros, com o objetivo de ampliar o debate e assegurar a construção coletiva do plano.

Foram apresentados os quantitativos relacionados ao processo participativo, totalizando 56 eventos públicos, sendo 6 audiências públicas, 36 oficinas técnicas e 14 seminários de planejamento, além de aproximadamente quatrocentas reuniões técnicas de alinhamento, acompanhamento e gestão. Gustavo mencionou, ainda, a realização de cerca de quinhentas trocas formais de ofícios entre o Consórcio e a AMEP, 40 reuniões de mobilização institucional, 62 relatórios técnicos, 25 produtos, 6 relatórios de atividades e 31 relatórios mensais de acompanhamento, correspondentes aos meses de execução do plano.

Por fim, ressaltou que o PDUI constitui um instrumento de integração entre diversos atores institucionais, não se restringindo à AMEP, aos municípios ou ao Consórcio, mas resultando da atuação conjunta do Estado, dos municípios, das equipes técnicas, das equipes de apoio e da sociedade civil organizada, inclusive por meio de fórum específico instituído para acompanhamento das entidades participantes ao longo de todo o processo.

Na sequência, foi passada a palavra à arquiteta Débora Follador, que apresentou um resgate das etapas de elaboração do plano. Informou que a fase diagnóstica teve como objetivo principal analisar a situação atual da RMC, considerando o conjunto de municípios integrantes do arranjo metropolitano definido pela legislação estadual, com avaliação específica de cada FPIC. Após as análises setoriais, foi desenvolvida uma

leitura integrada dos achados, permitindo a identificação de convergências e divergências, consolidadas no Produto P2F.

Foram apresentados cruzamentos analíticos entre riscos geológicos e hidrológicos e densidade populacional, identificando-se maior concentração de fragilidades ambientais e áreas de risco nas porções oeste e leste da metrópole, abrangendo municípios como Pinhais, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Colombo, Araucária, Fazenda Rio Grande e Campo Largo, justamente em áreas que também apresentam médias e altas densidades populacionais. Outro cruzamento analisou as pressões socioeconômicas sobre o território, apontando que a expansão urbana consolidada desde o ano 2000, dissociada de políticas habitacionais adequadas, tem pressionado áreas ambientais e de risco, comprometendo a resiliência metropolitana.

No que se refere à relação entre infraestrutura e ocupação urbana, Débora destacou a coexistência de áreas de risco densamente ocupadas e, por outro lado, a existência de áreas internas aos perímetros urbanos, bem servidas de infraestrutura e afastadas de fragilidades ambientais, consideradas prioritárias para processos de adensamento. Foram ainda identificadas pressões socioambientais associadas aos vetores de crescimento em direção a municípios como Fazenda Rio Grande, Araucária, Mandirituba e Balsa Nova, em função da ausência de políticas públicas compatíveis com o ritmo de expansão urbana.

Quanto à atividade industrial, a arquiteta apresentou o esforço técnico para identificação de áreas adequadas à expansão produtiva, considerando critérios como infraestrutura instalada, ausência de risco, distanciamento de áreas ambientalmente sensíveis e baixa densidade demográfica, destacando-se a proximidade com núcleos industriais já consolidados na região. Ressaltou-se, contudo, o desafio da coexistência entre usos residenciais e industriais, demandando atenção especial da governança interfederativa.

Explicou que, a partir das leituras diagnósticas e das análises intersetoriais, foram estabelecidas diretrizes e propostas estruturadas em uma lógica que parte dos principais achados, definindo intenções estratégicas traduzidas em diretrizes, desdobradas em programas e, por fim, operacionalizadas por ações. Informou-se que o PDUI contempla

dezessete diretrizes, setenta e três programas e cento e dez ações, distribuídas entre as FPICs, com o objetivo de orientar o desenvolvimento intermunicipal.

A fim de exemplificar, Débora deu enfoque na FPIC de Habitação de Interesse Social, na qual expôs a normatização de critérios para priorização e caracterização de assentamentos informais, considerando fatores como suscetibilidade a riscos, grau de vulnerabilidade socioeconômica e localização em áreas intermunicipais. No contexto da FPIC de Mobilidade Metropolitana, mencionou a proposta de revisão do Sistema Viário Metropolitano (SVM), com diretrizes voltadas à mobilidade sustentável, implantação de eixos alternativos, como o segundo anel metropolitano, e ampliação de rodovias estratégicas, como as BRs 116 e 376.

Foi ainda apresentado o estudo conduzido pela AMEP para atualização do Núcleo Urbano Central (NUC), destacando-se a diferença entre o perímetro definido em 2006 e a mancha urbana contínua consolidada posteriormente, resultando na proposição de um novo NUC.

Por fim, foram expostos os instrumentos estruturantes para a implementação do plano, consistentes no macrozoneamento metropolitano e nas Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs), figuras complementares com finalidades distintas. Explicou-se que o macrozoneamento tem como objetivo organizar o território metropolitano ao longo do horizonte de vigência do PDUI, enquanto as AIMs possuem caráter mais flexível, voltado à promoção do desenvolvimento estratégico, com possibilidade de adaptação conforme a dinâmica territorial.

O processo de elaboração do macrozoneamento foi descrito em três etapas: reconhecimento das vocações territoriais, análise normativa e comparativa dos planos diretores municipais e qualificação das propostas por meio de reuniões com a AMEP e os municípios. O resultado foi a definição de cinco categorias de macrozonas: Macrozona Urbana de Consolidação e Macrozona Urbana Orientada, Macrozona Ambiental de Proteção e Preservação, Macrozona Ambiental Estratégica, Macrozona de Desenvolvimento Econômico e Macrozona Rural.

Na sequência, foi passada a palavra ao engenheiro Douglas Viero, que iniciou a apresentação sobre as AIMs, reforçando que tais áreas complementam o Macrozoneamento e possuem caráter dinâmico, sendo destinadas a mapeamentos que demandam constante atualização. Detalhou o processo de construção das AIMs, esclarecendo que tais áreas refletem, de forma mais direta, questões setoriais identificadas no âmbito das FPICs e consideradas estratégicas para o planejamento metropolitano, mas que, em razão de sua natureza e especificidade, não se adequaram à proposta de Macrozoneamento. Informou que foram delimitadas dez AIMs no âmbito do PDUI.

A primeira AIM apresentada foi a de Requalificação Urbana, cuja delimitação partiu da identificação de infraestruturas urbanas em áreas já ocupadas, com base, principalmente, em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda fundamentados no Censo Demográfico de 2010, uma vez que os dados do Censo de 2022 ainda não haviam sido plenamente incorporados às bases oficiais. Ressaltou-se que esta AIM constitui exemplo claro da necessidade de atualização periódica das informações territoriais. O objetivo principal dessa área é a requalificação do território, com priorização de investimentos em infraestrutura em loteamentos aprovados e ocupados sem a devida infraestrutura urbana.

Na sequência, foi apresentada a AIM de Contenção da Ocupação Urbana, construída a partir da identificação, em áreas rurais, de concentrações significativas de ocupações residenciais fora dos perímetros urbanos. Esclareceu-se que tais áreas não foram caracterizadas como parcelamentos irregulares, em razão da inexistência de informações fundiárias suficientes, mas que, a partir dos dados recenseados de 2022, foi possível identificar pontos de atenção para o controle da ocupação. O objetivo dessa AIM é direcionar os municípios a adotarem maior rigor no controle da ocupação do solo e da pressão por expansão urbana nas franjas urbanas e áreas rurais.

A terceira AIM apresentada foi a de Gestão de Riscos Ambientais, cujo mapeamento se fundamentou na carta geológica-geotécnica e nos estudos de manchas de inundação, ambos restritos à bacia do Alto Iguaçu. Destacou-se que tais estudos foram elaborados em períodos anteriores, entre 1998 e 2002, e que, em razão das alterações nas áreas

impermeáveis e permeáveis ao longo das últimas décadas, bem como dos efeitos das mudanças climáticas, torna-se necessária a atualização dessa delimitação. O objetivo desta AIM é orientar as políticas e instrumentos municipais de planejamento para maior controle dessas áreas, incluindo a restrição e proibição de novos loteamentos em áreas de risco.

Na sequência, foi apresentada a AIM relativa aos Mananciais de abastecimento público. No âmbito da FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi realizado esforço técnico para avaliar a situação atual dos mananciais delimitados em decreto estadual. Informou-se que houve um processo de racionalização dessas áreas, buscando compatibilizar a necessidade de desenvolvimento do território metropolitano com a proteção e a garantia do abastecimento hídrico para as gerações presentes e futuras. Foram analisados aspectos relacionados ao uso e ocupação do solo, à operacionalidade dos sistemas e aos níveis de poluição, resultando na proposição de exclusão de determinados mananciais que não comprometeriam o abastecimento atual e futuro, especialmente por critérios de operacionalidade.

Douglas apresentou, ainda, a AIM de Saneamento Básico, construída a partir do cruzamento entre a proposta dos mananciais e as áreas urbanas ocupadas. Destacou as regiões com ausência de rede de coleta de esgoto, representadas por manchas de maior criticidade. O objetivo dessa AIM é priorizar os investimentos para expansão da infraestrutura de saneamento nessas áreas, visando à proteção dos mananciais atuais e futuros da RMC.

Na sequência, foi apresentada a AIM das Áreas Ambientais Estratégicas, cujo objetivo principal é a proteção da biodiversidade por meio da conexão das unidades de conservação existentes na RMC. A partir da delimitação dessas unidades e da utilização da rede hidrográfica principal como elemento estruturador, foram propostos corredores verdes voltados à preservação ambiental. Ressaltou-se que, assim como nas demais AIMs, o objetivo é orientar os instrumentos de planejamento municipal para a incorporação dessas diretrizes em suas legislações e políticas urbanas.

Foi tratada, então, da AIM voltada ao Desenvolvimento Econômico, estruturada em três subcategorias. A primeira refere-se ao turismo e ao patrimônio cultural, considerando as vocações territoriais específicas para essas atividades. A segunda subcategoria refere-se ao desenvolvimento agropecuário, alinhada à FPIC de Desenvolvimento Social e Econômico, com destaque para o Programa do Cinturão Verde, voltado à promoção da segurança alimentar e do abastecimento da RMC e de seu entorno. A terceira subcategoria refere-se às atividades industriais e logísticas, reconhecendo vocações territoriais identificadas nos planos diretores, macrozoneamentos e zoneamentos municipais, com o objetivo de induzir a incorporação dessas diretrizes nos instrumentos de planejamento local.

Na sequência, Douglas expôs a AIM de Centralidades. Informou que sua delimitação partiu de dados atualizados do último Censo Demográfico, com identificação dos pontos recenseados de comércio e prestação de serviços. A metodologia adotou uma malha regular sobre o território para análise da concentração desses pontos, resultando na delimitação de centralidades classificadas por categorias, de acordo com a estrutura da rede urbana metropolitana. Destacou a identificação de polos estruturantes, subpolos de integração e polos secundários, abrangendo todos os vinte e nove municípios da RMC, com o objetivo de promover, no longo prazo, o fortalecimento de centralidades locais e a redução da dependência excessiva em relação a outros polos metropolitanos.

Foi apresentada, ainda, a AIM do Transporte Coletivo, construída a partir da identificação dos corredores de maior demanda do transporte público coletivo. O objetivo dessa AIM é induzir a priorização do transporte coletivo nos instrumentos de planejamento e nas obras municipais e estaduais, por meio da implantação de faixas ou corredores exclusivos, melhorias de infraestrutura e fortalecimento da integração entre os sistemas de transporte. Associada a esta, foi apresentada a AIM de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS), que utiliza a estrutura dos corredores de transporte coletivo para identificar aqueles com maior vocação para adensamento urbano qualificado. O objetivo é orientar os instrumentos municipais para promover adensamento planejado ao longo desses eixos, reduzindo a necessidade de deslocamentos excessivos no território metropolitano.

Encerrada a apresentação da Fase correspondente ao Produto 3 do PDUI, teve início a apresentação da Fase 4, referente ao Recorte Metropolitano, cujos resultados foram construídos a partir de Oficinas e Audiências Públicas realizadas ao longo do processo. Nesse sentido, o engenheiro civil explicou que a metodologia adotada para a definição do recorte metropolitano foi de natureza quali-quantitativa, partindo da análise de estudos regionais oficiais, especialmente do IBGE, e avançando para a identificação de indicadores estratégicos que permitiram a definição de subespaços ou sub-regiões metropolitanas. Foram utilizados três indicadores principais: Centralidade Econômica, Integração por Mobilidade Urbano-Regional e Conurbação.

No que se refere à Centralidade Econômica, foram agrupados indicadores oficiais como Produto Interno Bruto (PIB), valor adicionado fiscal, empregos formais e dados de notas fiscais fornecidos pela Receita Estadual. A partir da aplicação de metodologia matemática, foi possível classificar os municípios segundo seu grau de centralidade econômica, sendo a capital tratada de forma isolada, em razão de sua capacidade de distorcer os resultados comparativos. Em um segundo nível de centralidade econômica, destacaram-se municípios como Campo Largo, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária.

Quanto à Integração por Mobilidade, Douglas explicou que se utilizaram dados da pesquisa origem-destino calibrados em modelo específico, permitindo a mensuração dos tempos de deslocamento dos municípios em relação ao polo metropolitano. Observou-se maior integração dos municípios limieiros à capital, conforme esperado.

No tocante ao indicador de Conurbação, foram identificadas três tipologias de mancha urbana: conurbada, fragmentada e isolada. A partir da quantificação das áreas correspondentes a cada tipologia em cada município, foi construído um indicador de conurbação, evidenciando maior integração dos municípios limieiros à capital e menor integração daqueles situados nos extremos norte e sul da RMC.

A partir da agregação desses três indicadores, foram definidos os Degraus Metropolitanos, consistentes no polo metropolitano, tratado de forma independente, no primeiro degrau, com municípios de alta integração com o polo, no segundo degrau, com

integração intermediária, e no terceiro degrau, composto por municípios com menor integração metropolitana.

Com base nessa estrutura analítica, Douglas discorreu que foram elaboradas propostas de recorte metropolitano, apresentadas no Produto P4, que contemplou cinco cenários, dos quais quatro foram destacados na apresentação. O primeiro cenário reproduz o polo e os municípios do primeiro e segundo degraus, considerados aqueles de maior integração metropolitana. O segundo cenário incorpora critérios estratégicos relacionados à logística e à agroindústria, incluindo os municípios da Lapa e Contenda. O terceiro cenário, além desses critérios, considera a expansão urbana ao sul e a relevância do sistema integrado de abastecimento hídrico, incluindo os municípios de Quitandinha, Agudos do Sul e Tijucas do Sul, em razão da incidência do manancial da Várzea. O quarto cenário corresponde à manutenção do recorte atual, com os vinte e nove municípios, destacando-se, contudo, os desafios de governança decorrentes da diversidade de interesses e dos diferentes níveis de integração metropolitana.

Dessa forma, foi esclarecido que determinadas políticas públicas, como saúde, educação, transporte coletivo intermunicipal e saneamento básico, possuem regionalizações próprias, independentes do recorte metropolitano, não sendo diretamente impactadas por eventual inclusão ou exclusão de municípios da RMC. Destacou-se, ainda, que associações, consórcios e convênios intermunicipais permanecem como instrumentos viáveis de cooperação, bem como que eventual saída de municípios do recorte metropolitano pode resultar em maior autonomia administrativa, sem prejuízo ao acesso a recursos e à prestação de serviços públicos essenciais.

Posteriormente, foi passada a palavra à advogada Luciane Taniguchi, que iniciou a apresentação sobre o modelo de governança do PDUI. Em sua manifestação, destacou que, para a concretização das diretrizes e objetivos do plano, foi necessário amplo estudo do território metropolitano, com identificação de deficiências e potencialidades, culminando na formulação de estratégias voltadas ao desenvolvimento da RMC e à melhoria da qualidade de vida da população. Ressaltou que o principal desafio do PDUI-RMC consiste na administração conjunta de múltiplos municípios e entes federativos, com

interesses diversos, o que demandou a definição de um modelo de governança interfederativa.

A expositora esclareceu que o modelo de governança adotado tem como referencial o Estatuto da Metrópole, que estabelece a obrigatoriedade de instituição de governança interfederativa, responsável por definir os processos de gestão das FPICs priorizadas na RMC. Ressaltou que a efetivação desse modelo pressupõe a edição de instrumento normativo específico, na forma de lei, que discipline a gestão pública compartilhada dessas funções.

Luciane fez uma exposição técnica acerca da estruturação institucional das regiões metropolitanas (RMs) no Estado do Paraná. Registrou que, embora atualmente estejam institucionalizadas oito regiões metropolitanas no estado, apenas três delas — Curitiba, Londrina e Maringá — atendem efetivamente às características técnicas e legais de regiões metropolitanas, conforme os critérios estabelecidos na legislação vigente. As demais unidades, como Toledo, Umuarama e Cascavel, podem ser classificadas, do ponto de vista técnico, como aglomerações urbanas, não se enquadrando plenamente no conceito jurídico de RM.

Diante desse diagnóstico, foi destacada a iniciativa da AMEP de estruturar uma legislação capaz de instituir um modelo de governança interfederativa aplicável de forma uniforme às regiões metropolitanas existentes no estado, promovendo, simultaneamente, a atualização das unidades territoriais metropolitanas. O objetivo central dessa proposta, no âmbito dos Produtos 5 e 6 do plano, consiste em estabelecer um instrumento legal que possibilite a gestão e a administração compartilhada das RMs pelo Estado do Paraná, pelos municípios metropolitanos e pela sociedade civil, bem como em consolidar um modelo único de governança, evitando a coexistência de estruturas distintas entre as diferentes RMs. A minuta do projeto de lei de governança, constante do produto seis e já em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, estabelece esse modelo de governança e redefine oficialmente as regiões metropolitanas paranaenses, que passam a ser apenas três: Curitiba, Londrina e Maringá.

Alinhado ao Estatuto da Metrópole, o referido projeto de lei institui como órgão máximo de gestão da RM o Conselho Superior, de natureza deliberativa, composto por representantes dos municípios metropolitanos, do Estado do Paraná e da sociedade civil. Compete a esse conselho, entre outras atribuições, aprovar o PDUI de cada RM, definir as macrodiretrizes estratégicas de planejamento, deliberar sobre a criação de fundos destinados ao financiamento das políticas de desenvolvimento urbano integrado e dos serviços metropolitanos, bem como expedir resoluções necessárias à implementação dessas políticas, regulamentando procedimentos e delegando atribuições no âmbito da governança.

Luciane ressaltou que cada RM deverá instituir seu próprio Conselho Deliberativo, não havendo um conselho único para todas as regiões do estado. Para subsidiar as decisões desse colegiado, a legislação prevê a criação de Câmaras Técnicas, uma para cada FPIC priorizada em cada RM. Essas Câmaras têm por finalidade apoiar o conselho em suas deliberações e deliberar sobre matérias específicas de caráter recorrente, de modo a conferir maior agilidade e eficiência ao processo decisório.

Para a RMC, explicou que é prevista a instituição de seis Câmaras Técnicas: Planejamento Territorial e Uso do Solo; Sistema Viário Metropolitano; Transporte Coletivo; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Habitação de Interesse Social; e Desenvolvimento Social e Econômico. Essas serão compostas por membros indicados pelos municípios metropolitanos, pelo Estado do Paraná, por entes técnicos e pela sociedade civil — sendo instituídas por meio de resolução do Conselho Deliberativo.

Para a operacionalização do modelo de governança, destacou-se o papel central da AMEP, que, em consonância com o Estatuto da Metrópole, passa a exercer funções técnicas, consultivas e executivas. A AMEP será responsável por viabilizar a execução da gestão metropolitana, justificando-se, inclusive, o processo recente de reestruturação institucional da agência, que ampliou significativamente seu quadro técnico e organizacional, passando a contar com novos departamentos e diretorias, conforme regulamento aprovado por decreto no mês de dezembro.

Entre as atribuições da Agência, foram elencadas a proposição de diretrizes para o planejamento das FPICs, a elaboração do PDUI e de planos setoriais metropolitanos, como os planos de mobilidade, habitação de interesse social e transporte coletivo, a análise da compatibilidade dos planos diretores municipais e demais legislações urbanísticas com as diretrizes do PDUI, o apoio técnico aos municípios metropolitanos, a fiscalização do cumprimento das diretrizes de planejamento, a formulação de políticas públicas, a captação de recursos, a celebração de contratos, o assessoramento ao Conselho Deliberativo e a execução de serviços, obras e projetos. Nesse sentido, ressaltou-se o desafio institucional da AMEP em assumir o protagonismo na implementação do PDUI.

Foi igualmente apresentada pela advogada a instância executiva prevista na legislação, composta exclusivamente por representantes dos municípios e do Estado do Paraná, destinada à atuação cooperada em processos específicos, como a constituição de consórcios públicos para a execução de serviços ou projetos determinados, inclusive com a participação do ente estadual, o que amplia a capacidade de atuação interfederativa.

No que se refere ao Financiamento Metropolitano, destacou-se a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) da RMC, destinado à captação de recursos para a implementação de projetos, ações e serviços metropolitanos. Associado a esse fundo, a legislação institui um sistema integrado de gestão de recursos e prestação de contas, com definição de procedimentos, critérios de rateio entre os municípios e mecanismos de transparência, sob acompanhamento dos órgãos de controle, garantindo a adequada fiscalização da aplicação dos recursos.

Reafirmou-se, ainda, a centralidade da participação social em todo o processo de gestão metropolitana, assegurada tanto na composição do Conselho Deliberativo quanto na realização de audiências públicas, oficinas, participação nas Câmaras Técnicas e nos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas metropolitanas.

Por fim, Luciane apresentou a proposta de Institucionalização do PDUI-RMC, prevendo-se que, após a instalação do Conselho Deliberativo da RMC, o primeiro ato desse colegiado será a análise e aprovação do plano, que, posteriormente, será convertido em lei. A legislação do PDUI estabelece as diretrizes estratégicas para as FPICs, define o Macrozoneamento Metropolitano, identifica AIMs, cria mecanismos de integração das políticas setoriais e institui instrumentos de acompanhamento e monitoramento, alinhados aos princípios da transparência e da gestão integrada.

Na sequência da apresentação técnica, Douglas esclareceu que o produto contempla, de forma detalhada, indicadores aplicáveis a todas as ações e programas estruturados no plano. Foi dado enfoque para o Plano de Ação, que sistematiza as ações e seus respectivos programas e diretrizes e estabelece parâmetros de acompanhamento e monitoramento, e a Proposta de um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM), que pode ser operacionalizado por meio das Câmaras Técnicas. Como exemplo, foi destacada a ação de organização e qualificação dos corredores logísticos, a qual possui indicadores de monitoramento de curto prazo voltados à execução da ação, tais como o percentual de municípios que incorporaram as diretrizes metropolitanas em seus instrumentos de planejamento, o tempo médio de deslocamento entre polos de produção e centros de distribuição e o grau de consolidação dos compartimentos logísticos no território metropolitano.

Concluída essa exposição, Gustavo Taniguchi ressaltou que o Produto 9 constitui uma síntese de todo o processo, reunindo os produtos e relatórios elaborados ao longo do desenvolvimento do plano. Informou que, para a audiência pública final, foi realizada ampla divulgação por meio de redes sociais, veiculação de cartazes no transporte coletivo e envio de convites institucionais aos municípios, Câmaras Municipais e à Assembleia Legislativa, com o objetivo de garantir a ampla participação da sociedade.

Destacou, ainda, que todos os produtos e relatórios do PDUI encontram-se disponíveis para consulta pública no sítio oficial do plano (<https://www.pduirmc.com.br/>), no qual também permanece ativo formulário destinado ao recebimento de sugestões e contribuições, inclusive para aqueles que não puderam se manifestar presencialmente

durante a audiência. Em seguida, foi anunciada a formação da mesa técnica para a condução do momento destinado às contribuições dos participantes.

Contribuições

Aberto o espaço para manifestações, Rodrigo Rodrigues esclareceu que a participação com direito à fala dependeria do preenchimento prévio de ficha de contribuição, cuja ordem de entrega definiria a sequência das intervenções. Explicou que se estabeleceu o tempo máximo de dois minutos para cada manifestação oral, sendo facultado o envio de contribuições exclusivamente por escrito, as quais seriam igualmente incluídas no relatório final da audiência. Foi registrado que as contribuições orais não realizadas por limitação de tempo, bem como aquelas encaminhadas por meio do site oficial, seriam sistematizadas e respondidas em relatório específico a ser posteriormente publicado.

Em seguida, foi composta a mesa técnica responsável pela condução dos trabalhos, integrada por Gustavo Taniguchi; Débora Follador; Ruan Amaral, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da equipe de supervisão do PDUI-RMC; Raul Gradovski, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Andressa Trindade, arquiteta e urbanista da AMEP e coordenador da FPIC de HIS; Wilhelm Meiners, economista da AMEP e coordenador da FPIC de Desenvolvimento Social e Econômico; e Mateus Amado, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo. A mesa passou, então, à leitura das contribuições apresentadas pelos participantes inscritos, assegurando a cada um o tempo regulamentar para complementação oral.

Angélica Jordão, representante da Comunidade Lagoa Azul, manifestou concordância com o exposto pela prefeita Karime no momento inicial do evento, especialmente quanto à necessidade de efetiva implementação do plano. Destacou, ainda, a existência de questões relacionadas à regularização fundiária, ao transporte metropolitano e à necessidade de maior integração com Curitiba, de modo que os municípios da RM também sejam beneficiados. A mesa técnica agradeceu a contribuição,

e Gustavo esclareceu que a ideia central do PDUI é justamente orientar melhorias e transformações nesses eixos apontados.

Em seguida, Geraldo Amaral sugeriu a promoção do transporte ferroviário de passageiros entre os municípios da RMC, além do transporte de cargas, afirmando a viabilidade da proposta com base em um projeto de trem metropolitano já existente, arquivado no Instituto de Engenharia do Paraná (IEP). Em resposta, Gustavo informou que aguardaria o encaminhamento do material para análise pela AMEP.

Rafael Oliveira, representante do Kurytiba Metrópole, questionou qual era a expectativa de próximos passos no período de 3 a 6 meses seguintes. Ruan explicou que, após a Audiência Final, seria consolidada e versão final do Caderno Síntese, com as contribuições recebidas – explicando que essas podem ser feitas também com base na versão digital disponível no site do plano —, e instituídas a Governança e as Câmaras Técnicas — com a sequência de todos os processos adjuntos necessários.

Na etapa final do evento, foram registrados agradecimentos às equipes técnicas da AMEP, aos integrantes do consórcio responsável pela elaboração do plano, aos representantes dos municípios, aos órgãos de controle e a todos os participantes que contribuíram ao longo de todo o processo. Gabriel Hubner de Macedo, diretor técnico da AMEP, reforçou que a participação social constitui elemento fundamental para o aperfeiçoamento contínuo do PDUI e para sua efetiva implementação ao longo do horizonte de planejamento. Também informou que contribuições adicionais referentes à audiência pública e ao conteúdo da fase final do plano poderão ser encaminhadas até o dia 18/12/2025, por meio do site oficial do PDUI. As contribuições orais não lidas, as fichas entregues por escrito e as manifestações recebidas digitalmente serão respondidas em relatório específico, a ser publicado até o dia dezesseis de janeiro de 2026.

Por fim, Gabriel informou que a audiência pública foi integralmente gravada, estando sua íntegra disponível nos canais oficiais da AMEP, e que a ata da audiência será igualmente publicada dentro do prazo estabelecido. Reiterou que o PDUI-RMC constitui marco histórico para o território metropolitano, resultado de amplo processo participativo que envolveu representantes dos municípios, da sociedade civil e da população em geral,

orientado pelas FPICs e voltado à promoção do desenvolvimento integrado, sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população metropolitana.

Slides da apresentação da Audiência Pública Final

Logo: pduiRMC

Logos: Consórcio PDUi-RMC Sustentável, URB TEC, AMEP, PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES

11/12/2025

O EVENTO INICIARÁ EM INSTANTES

Audiência Pública Final

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC)

Audiência Pública Final PDUI-RMC

Roteiro da Audiência Pública Final do PDUI-RMC

8h30	9h00	9h10	9h30
Recepção dos Participantes	Abertura	Discursos Autoridades	Vídeo Institucional
9h35	10h00	11h00	12h00
Intervalo	Apresentação Técnica	Contribuições	Encerramento do Evento

Contribuições: Fichas de Contribuição

Apresentar as dúvidas ou contribuições por escrito, com clareza e objetividade

- 1 Registre sua participação através da **Ficha de Contribuição** e entregue aos organizadores do evento.
- 2 A entrega das fichas define a **ordem de fala**, que terá limite de 2 minutos.

As fichas serão recebidas durante todo o evento.

As contribuições serão lidas e respondidas após a apresentação técnica

Caderno Síntese PDUI-RMC

Sumário

- 1 **Introdução**
- 2 **Construção do PDUI-RMC**
- 3 **Diagnóstico Sintético**
- 4 **Diretrizes e Propostas**
- 5 **Macrozoneamento e AIMs**
- 6 **Proposta de Recorte Territorial**
- 7 **Governança Metropolitana**
- 8 **Conclusão**

1 Introdução

Linha do Tempo

- 1973: Instituição das primeiras RMs, incluindo a RMC
- 1974: Criação da COMEC
- 1978: 1º PDI da RMC
- 1979: Lei de Parcelamento de Solo Urbano
- 1988: Constituição Federal

Linha do Tempo



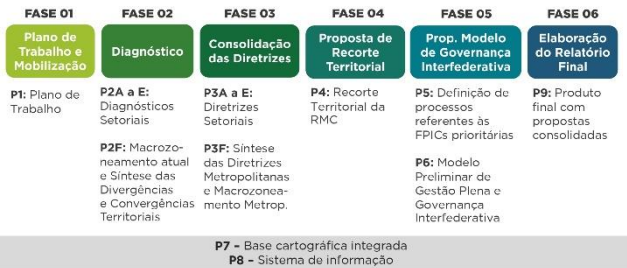
Construção do Plano

Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)

As **FPICs** são atividades ou serviços que **não podem ser realizados pelo município isoladamente**, ou que causem **impacto nos outros municípios integrantes da Região Metropolitana**.



Fases



Eventos Públicos

FASE 01: Plano de Trabalho e Mobilização	FASE 02: Diagnóstico	FASE 03: Consolidação das Diretrizes
1ª Audiência Pública	Oficina de Diagnóstico Seminários de Diagnóstico 2ª Audiência Pública	Oficina de Diretrizes Seminários de Diretrizes 3ª Audiência Pública

Eventos Públicos

FASE 04: Proposta de Recorte Territorial	FASE 05: Prop. Modelo de Governança Interfederativa	FASE 06: Relatório Final
Oficina de Recorte 4ª Audiência Pública (agrupou 4ª e 5ª AP)	Oficina de Governança Interfederativa Oficina de Processos FPICs	Audiência Pública Final

Construção do Plano

EVENTOS PÚBLICOS 56	REUNIÕES 393	RELATÓRIOS 62
-------------------------------	------------------------	-------------------------

Construção do Plano

EVENTOS PÚBLICOS 56	REUNIÕES 393	RELATÓRIOS 62
↓		
6 Audiências Públicas		
36 Oficinas Técnicas		
14 Seminários de Planejamento		

Construção do Plano



Construção do Plano



Planejamento Participativo



Envolvimento de ampla diversidade de atores e organizações governamentais e não governamentais.



Síntese do Diagnóstico Metropolitano



- Leitura síntese dos esforços regionais;
- Análise de aspectos institucionais relacionados à governança interfederativa de cada FPIC.

Esse processo analítico resultou nos cinco documentos setoriais:



Posteriormente, a análise integrada desses documentos resultou no:

Diagnóstico Metropolitano Integrado - Macrozoneamento Atual, Síntese das Convergências e Divergências Territoriais (P2F).



Cruzamentos Interdisciplinares



- ✓ **Riscos geológicos e/ou hidrológicos e densidade populacional:** Identificou-se áreas de fragilidade e oportunidades de ocupação.

LEGENDA

- Área de risco com média/alta vulnerabilidade e densidade e baixo nível de acesso à cidade
- Demais áreas de risco com média/alta vulnerabilidade social
- Área urbanizada, com infraestrutura e sem risco identificado sobre a área de manancial
- Área urbanizada, com infraestrutura e sem risco identificado
- Demais áreas urbanizadas
- Área de compartimento industrial, com infraestrutura instalada e baixa densidade
- Área de compartimento industrial, com infraestrutura parcialmente instalada
- Área não urbanizada, e não situada em área de manancial
- Área de alto adensamento rural sobre área de manancial
- Área de médio e baixo adensamento rural
- Demais áreas de alto adensamento rural
- Demais áreas



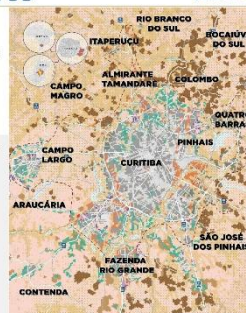
Cruzamentos Interdisciplinares



- ✓ **Pressões socioeconômicas sobre o território:** Identificou-se que a expansão urbana, aliada à falta de alternativas habitacionais, pressionou áreas ambientais e intensificou os assentamentos informais.

LEGENDA

- Área de risco com média/alta vulnerabilidade e densidade e baixo nível de acesso à cidade
- Demais áreas de risco com média/alta vulnerabilidade social
- Área urbanizada, com infraestrutura e sem risco identificado sobre a área de manancial
- Área urbanizada, com infraestrutura e sem risco identificado
- Demais áreas urbanizadas
- Demais áreas urbanizadas
- Área de compartimento industrial, com infraestrutura instalada e baixa densidade
- Área de compartimento industrial, com infraestrutura parcialmente instalada
- Área não urbanizada, e não situada em área de manancial
- Área de alto adensamento rural sobre área de manancial
- Área de médio e baixo adensamento rural
- Demais áreas de alto adensamento rural
- Demais áreas



Cruzamentos Interdisciplinares



- ✓ **Infraestrutura e ocupação urbana:** Identificou-se áreas de risco ocupadas ou com pouca infraestrutura, bem como áreas livres dentro dos perímetros urbanos e com maior oferta de infraestrutura.

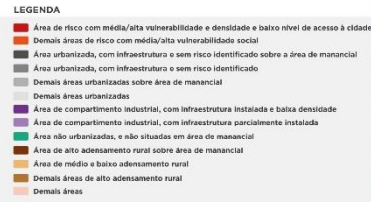
LEGENDA

- Área de risco com média/alta vulnerabilidade e densidade e baixo nível de acesso à cidade
- Demais áreas de risco com média/alta vulnerabilidade social
- Área urbanizada, com infraestrutura e sem risco identificado sobre a área de manancial
- Área urbanizada, com infraestrutura e sem risco identificado
- Demais áreas urbanizadas
- Demais áreas urbanizadas
- Área de compartimento industrial, com infraestrutura instalada e baixa densidade
- Área de compartimento industrial, com infraestrutura parcialmente instalada
- Área não urbanizada, e não situada em área de manancial
- Área de alto adensamento rural sobre área de manancial
- Área de médio e baixo adensamento rural
- Demais áreas de alto adensamento rural
- Demais áreas



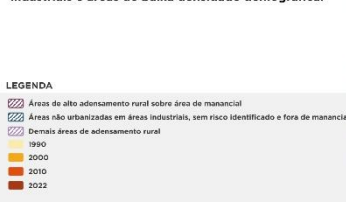
Cruzamentos Interdisciplinares

- Contingências e emergências metropolitanas: Identificou-se áreas de pressão socioambiental acompanhando os vetores de expansão da ocupação, compreendendo a resiliência metropolitana.



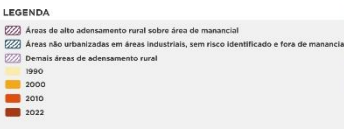
Síntese do Diagnóstico Integrado

- Áreas prioritárias para a atividade industrial
- Definidas a partir da presença de infraestruturas instaladas, sem riscos identificados e sem fragilidades ambientais, grandes compartimentos industriais e áreas de baixa densidade demográfica.



Análise do panorama metropolitano

- Extravasamento da dinâmica metropolitana em múltiplas frentes, principalmente no arco sul;
- Movimento de expansão do NUC para Balsa Nova e Mandirituba, revelando um descompasso entre a área urbanizada atual e a delimitação do PDUI-2006.



Diretrizes e Propostas

Como se construíram as Diretrizes?



Diretrizes e Propostas

As **Diretrizes Setoriais Prioritárias** (P3s) propõem intervenções a partir da identificação das causas estruturais e conjunturais dos problemas, seus impactos e suas condicionantes metropolitanas.

Diretrizes	Programas	Ações
17	73	110



FPIC de Habitação de Interesse Social

Normalizar critérios para priorização e caracterização de assentamentos informais

CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO:

- Suscetibilidade a riscos
- Comprometimento ambiental
- Carência de infraestrutura e serviços
- Gravidade de vulnerabilidade socioeconômica
- Área próxima a regiões de intervenção prevista
- Fatores facilitadores de REURB e/ou incidência de ações judiciais para solução de conflitos
- Assentamentos próximos ou sobre limites mun.



FPIC de Mobilidade Metropolitana

Revisão do Sistema Viário Metropolitano (SVM)

- Diretrizes voltadas à mobilidade sustentável
- Eixos alternativos, como o Segundo Anel Metropolitano, pode contribuir para a redistribuição dos fluxos.
- Ampliação da BR-116 e da BR-376, atendem à necessidade de aumento de capacidade para cargas.



Atualização do Núcleo Urbano Central (NUC)

O PDUI **atualizou o NUC** definido como a **mancha urbana contínua da RMC**, principal área de **conurbação metropolitana**. Trata-se do **polo demográfico e econômico central da RMC**.

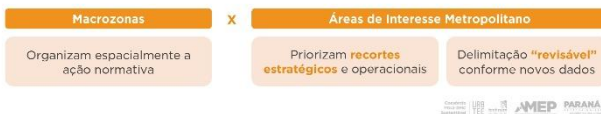
NUC DE 2006
 NUC DE 2025



Macrozoneamento x Áreas de Interesse Metropolitano

A **Proposta de Macrozoneamento** organizou o território da RMC em macrozonas que refletem **diretrizes metropolitanas** e asseguram a **gestão integrada das FPICs**, promovendo o crescimento ordenado, o adensamento sustentável e a compatibilização entre ocupação e infraestrutura disponível.

Sobrepostas às macrozonas, as **Áreas de Interesse Metropolitano** são **recortes territoriais estratégicos** que exigem uma atenção específica por sua relevância ambiental, econômica, social ou na mobilidade regional.



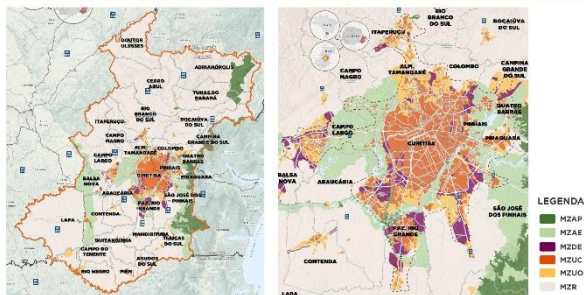
Base Metodológica para a Proposta de Macrozoneamento

- 1 Reconhecimento das **vocações do território metropolitano** condicionadas pelas temáticas trabalhadas pelo PDUI
 - 2 **Avaliação normativa e comparativa** dos planejamentos municipais da RMC
 - 3 **Reuniões com o objetivo de captar demandas regionais** e incorporar contribuições estratégicas ao desenho final das macrozonas
- ↓
- Macrozonas articuladas às diretrizes estratégicas do PDUI**

Proposta de Macrozoneamento



Proposta de Macrozoneamento



Base Metodológica para a Proposta das AIM's



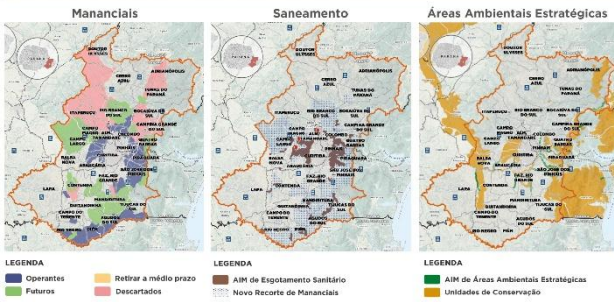
- 1** Análise técnico-funcional do território: sistematização e sobreposição de camadas temáticas do diagnóstico e das propostas setoriais
 - 2** Avaliação das áreas críticas e lacunas de planejamento, potencializando as estratégias de desenvolvimento convergentes ao macrozoneamento
 - 3** Reuniões com o objetivo de captar demandas regionais e incorporar contribuições estratégicas ao desenho final das AIMs
- ↓
- AIMs articuladas às diretrizes estratégicas do PDUI



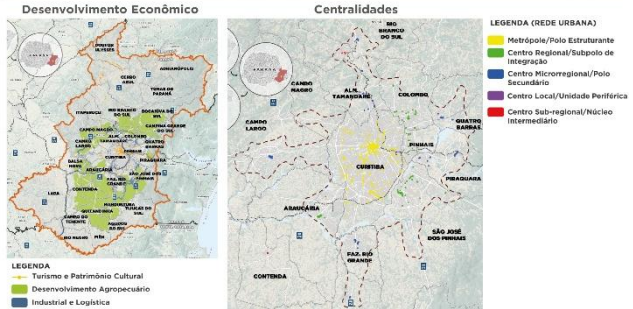
Áreas de Interesse Metropolitano



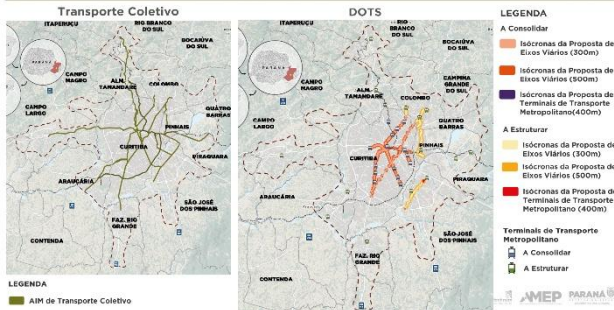
Áreas de Interesse Metropolitano



Áreas de Interesse Metropolitano



Áreas de Interesse Metropolitano



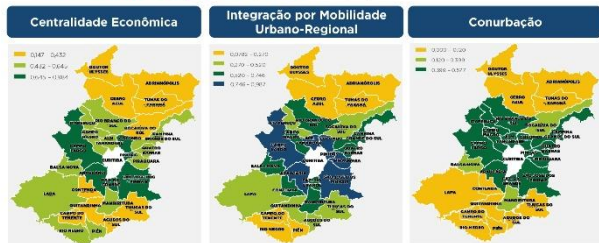
6

Proposta de Recorte Territorial

Recorte Territorial da RMC



No Produto 04 - Recorte Territorial da RMC, para a obtenção de dados, foi determinado três indicadores de integração metropolitana do espaço urbano da RMC:



Degraus Metropolitanos



Esses indicadores subsidiaram a geração de degraus metropolitanos que permitam identificar os municípios mais ligados à dinâmica metropolitana.

- POLO** Centro da estrutura metropolitana
- 1º DEGRAU** Alta integração em relação ao Polo/núcleo central
- 2º DEGRAU** Significativa conexão com municípios do primeiro degrau
- 3º DEGRAU** Menores níveis de integração



Por que um Município está em uma Região Metropolitana?

Elementos identificados
Degraus de integração metropolitana
 Redes urbanas integradas e arranjos populacionais (IRGE)

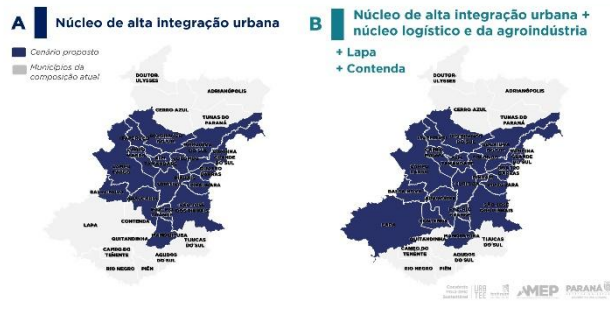
- ✓ **Movimentos pendulares** deslocamento intermunicipais de pessoas realizados diariamente
- ✓ Ocorrência de **vias de ligação intermunicipal** e sistemas integrados de transporte coletivo
- ✓ **Processos de conurbação** continuidade da mancha urbana e das redes de infraestrutura
- ✓ Dependência de **comércio e serviços**
- ✓ Integração do **mercado de trabalho** e elevado movimento intermunicipal de trabalhadores
- ✓ **Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação** com integração de ativos institucionais e tecnológicos
- ✓ **Complementariedade econômica** e conformação de redes e arranjos produtivos regionais
- ✓ Dependência de **equipamentos** e redes de **serviços sociais**
- ✓ Integração dos sistemas e redes de **abastecimento hídrico e alimentar**

Cenários de Recorte Metropolitano

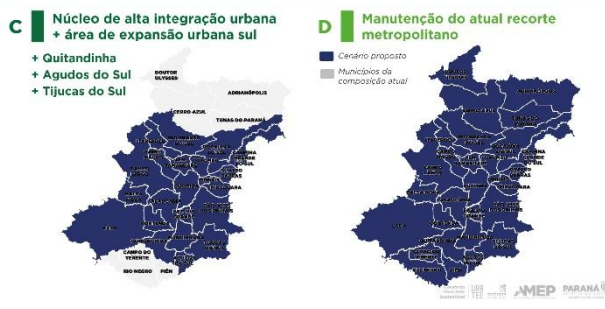
Os resultados das metodologias materializam aspectos técnicos na forma de **Cenários de Recorte Metropolitano**, que atendam às condições de elevada **integração metropolitana** e de presença de elementos estratégicos para a **gestão urbano-regional**.

- Principais cenários propostos:
- A** Núcleo de alta integração urbana
 - B** Núcleo de alta integração urbana + núcleo logístico e da agroindústria
 - C** Núcleo de alta integração urbana + área de expansão urbana sul
 - D** Manutenção do atual recorte metropolitano

Cenários de Recorte Metropolitano



Cenários de Recorte Metropolitano



Questões que NÃO dependem da participação na RM:

- Planejamento para saúde e educação**
 - ✓ Saúde: Permanece a Regional Metropolitana de Curitiba
 - ✓ Educação: Permanecem os Núcleos Regionais de Educação
- Planejamento Regional**
 - ✓ A saída do município da RMC não condiciona sua participação em outros Planos Regionais
 - ✓ São mantidos os limites das regiões administrativas estaduais.
- Transporte Coletivo Intermunicipal**
 - ✓ Licitação para o atendimento da Região já está em andamento para os 29 municípios que compõem a RMC atualmente.
 - ✓ Caso a delimitação da RM seja alterada, os municípios continuarão sendo atendidos, ainda que por outro arranjo jurídico.
- Saneamento Básico**
 - ✓ Segue sendo tratado nas Microrregiões de Saneamento.
- Participação em associações**
 - ✓ A RM não afeta a participação dos municípios nas associações.
 - ✓ A RM poderá firmar convênios e consórcios com municípios que não façam parte da Região.

Para os municípios que deixam de pertencer à RMC

- Maior autonomia administrativa**
 - O município não depende de anuência prévia para a aprovação de loteamentos, ampliando sua autonomia.
 - A gestão urbanística passa a ser exclusiva do município, com a necessidade de alinhar Planos Diretores e setoriais com instrumentos metropolitanos
- Cooperação e acesso a recursos**
 - O município não deixa de participar de investimentos estratégicos, pois permanece na região administrativa e de planejamento de Curitiba para fins orçamentários.
- Serviços públicos permanecem assegurados**
 - A cooperação técnica com a AMEP permanece, bem como o atendimento do transporte coletivo intermunicipal com a RMC.



Governança Metropolitana

A fase dedicada à **Governança e Gestão Interfederativa** teve como objetivo estruturar um modelo de gestão voltado à **operacionalização articulada das FPICs**, de maneira a promover a integração entre políticas públicas e a cooperação entre os entes federados.

- Esse processo analítico resultou em documentos:
- Definição de processos referentes às Funções Públicas de Interesse Comum prioritárias (P5)
 - Modelo Preliminar de Gestão Plena e Governança Interfederativa (P6)
- A construção desse modelo se deu a partir de debates com estruturas governamentais, reuniões técnicas, oficinas técnicas e audiência pública.

Minuta de Governança Interfederativa



A AMEP elaborou uma proposta de lei complementar que estabelece diretrizes gerais para a organização, planejamento, gestão e execução das FPICs nas Unidades Territoriais do estado.

Qual o objetivo?

Atender as exigências do Estatuto da Metrópole e consolidar um modelo de governança interfederativa compartilhada entre estados e municípios, fundamental para a implementação do PDUI e de outras políticas metropolitanas.

O que mudou?

A minuta atualiza e consolida as RMs do Paraná, bem como unifica critérios e procedimentos para que todas atendam aos requisitos de gestão plena.



Câmaras Técnicas



As Câmaras Técnicas são instrumentos de apoio com função técnico-consultiva, podendo, por delegação do Conselho Deliberativo da RMC, decidir sobre matérias específicas de modo a assegurar maior agilidade e eficiência nos processos decisórios.

O objetivo é promover a análise técnica qualificada e integração setorial, subsidiando as decisões do Conselho e contribuindo para a implementação das ações do PDUI.

Estão previstas seis Câmaras Técnicas:



Instância Executiva e Instrumentos de Cooperação



Conjunto de entes e instrumentos jurídicos utilizados para implementar as ações das FPICs.

Competências

- Cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo
- Encaminhar à instância técnica os planos, programas, metas e projetos relativos à execução dos serviços
- Executar atividades e ações relativas às FPICs
- Prestar contas aos demais entes

Os instrumentos propostos exigem formalização e aprovação prévia do Conselho para todos os instrumentos de gestão celebrados, garantindo controle interfederativo.



Planejamento Integrado e Participação Social



O planejamento e a gestão integrada nas unidades territoriais serão realizados por meio dos seguintes instrumentos, conforme Estatuto da Metrópole:

- Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
- Convênios de Cooperação
- Integração de Planos Plurianuais
- Compensação por Serviços Ambientais
- Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual
- Planos Setoriais
- Legislações de controle urbano
- Parcerias público-privadas interfederativas

- Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas devem elaborar PDUI, revisado a cada 10 anos.
- As legislações relacionadas às FPICs precisam de **anuência** para assegurar alinhamento metropolitano. O descumprimento pode resultar em **restrições**, como acesso limitado a recursos.



Conselho Deliberativo da RMC



O Conselho poderá instituir seu **Regimento Interno**, onde detalhará seu funcionamento (frequência de reuniões, quórum, procedimentos).

Competências

- Aprovação das macrodiretrizes de planejamento metropolitano
- Aprovação e monitoramento do PDUI e de planos setoriais
- Deliberação sobre criação de fundos e consórcios
- Expedição de resoluções para implementação de instrumentos
- Outras atribuições relevantes para a governança



Instância Técnica (AMEP)



A AMEP assume funções técnico-consultivas e executivas no suporte à governança.

Competências

- Propor diretrizes para o planejamento e execução das FPICs
- Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e normas de planejamento metropolitano
- Elaborar, de forma participativa, os planos de desenvolvimento urbano integrado e planos setoriais
- Formular e implementar políticas, programas e projetos de interesse comum
- Avaliar a compatibilidade dos planos diretores municipais com o PDUI
- Captar recursos e firmar parcerias para viabilizar ações estratégicas
- Apoiar tecnicamente os municípios na elaboração de seus planos e instrumentos urbanísticos
- Prestar assessoramento técnico ao Conselho da RMC e às câmaras técnicas



Financiamento Metropolitano

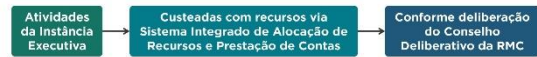


Sistema Integrado de Alocação de Recursos e Prestação de Contas

Reunirá procedimentos e ferramentas para gerir os recursos financeiros de forma transparente e compartilhada entre os entes, além de estabelecer critérios técnicos para ratio de custos.

Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da RMC

É um mecanismo de captação e destinação de recursos para projetos da RMC, que agrega contribuições do estado, dos municípios, transferências e outras fontes. Sua gestão estará subordinada às diretrizes do Conselho, regulamentado por lei específica.



Institucionalização do PDUI da RMC



O PDUI-RMC apresenta, também, o projeto de lei que institui o plano, no qual estão definidas, entre outras disposições, as seguintes finalidades:

- Delinear diretrizes estratégicas para as FPICs prioritárias
- Integrar políticas setoriais
- Definir o Macrozoneamento Metropolitano
- Indicar áreas com restrições de urbanização
- Identificar o NUC e as AIMS
- Criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento



Plano de Ação e SAM

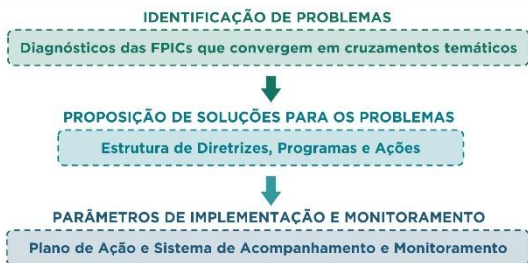
Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM)

- O sistema utiliza **indicadores** específicos para cada área temática, desenvolvidos em alinhamento com as FPICs e materializados por meio de políticas, programas e projetos.
- As informações do PDUI-RMC serão disponibilizadas em uma **plataforma digital** mantida pela AMEP, como um **repositório público** e um **canal de interlocução com a sociedade**.
- O **monitoramento** incorpora mecanismos de verificação direta da realidade territorial, sua operacionalização **pode ocorrer por meio das Câmaras Técnicas**.

Objetivos

- Monitoramento e avaliação do PDUI-RMC
- Fortalecer a cultura metropolitana
- Divulgação dos resultados alcançados
- Promover o engajamento dos municípios metropolitanos

Exemplo prático do Plano de Ação e SAM



Proposição de Soluções para os Problemas

FPIC Planejamento Territorial e Uso do Solo (DIRETRIZ 02 - Desenvolvimento Metropolitano Equitativo)
Programa 2.3: Estruturação de Setores Urbanos Metropolitanos



Plano de Ação

O Plano de Ação organiza o que foi previamente acordado, assegurando coerência e previsibilidade à implementação, facilitando a execução e o monitoramento.

Para cada ação o Plano estabelece parâmetros de implementação e monitoramento:

- Indicadores de monitoramento
- Metas
- Prazos
- Fontes de Recursos
- Instituições envolvidas
- Órgão executor
- Instância de Governança
- Outros Projetos Articulados

Tipos de Indicadores



Problema identificado

Diagnóstico territorial revelou processos de:

- ✓ **Dispersão urbana**
- ✓ **Pressão sobre áreas sensíveis**
- ✓ **Obsolescência de antigas zonas produtivas e desarticulação entre a malha viária, os usos do solo e a infraestrutura instalada**

LEGENDA

- Assentamentos Informais
- Via Expressa
- Via Estruturante
- Via de Integração
- Via de Ligação
- Via de Conexão
- Áreas com Atendimento de 2 ou menos infraestruturas
 - Com risco identificado
 - Sem risco identificado
- Áreas com Atendimento de 3 ou mais infraestruturas
 - Com risco identificado
 - Sem risco identificado



Parâmetros de Implementação

FPIC Planejamento Territorial e Uso do Solo (DIRETRIZ 02 - Desenvolvimento Metropolitano Equitativo)
Programa 2.3: Estruturação de Setores Urbanos Metropolitanos

Exemplos de indicadores de impacto e resultado associados ao programa

Indicador de Impacto	METAS
ODS 11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
ODS 6.3.1 - Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

Parâmetros de Implementação



FPIC Planejamento Territorial e Uso do Solo (DIRETRIZ 02 - Desenvolvimento Metropolitano Equitativo)
Programa 2.3: Estruturação de Setores Urbanos Metropolitanos

↳ Ação 2.3.1: Organizar e qualificar corredores logísticos

Indicador de Monitoramento
Percentual de municípios que incorporaram as diretrizes metropolitanas em seus PDMs
Número de corredores logísticos qualificados com base em critérios metropolitanos
Volume de investimentos públicos e privados em infraestrutura logística
Tempo médio de deslocamento entre polos de produção e centros de distribuição
Número de empreendimentos logísticos implantados nos compartimentos definidos
Grau de consolidação dos compartimentos logísticos



Divulgação da Audiência Pública Final




Como contribuir?



Acesse a aba **Documentos** no Site oficial do PDUI e acesse os produtos e relatórios produzidos

<https://www.pduirmc.com.br/>



Como contribuir?



Acesse a aba **PARTICIPE!** no Site oficial do PDUI-RMC, e envie sua contribuição a qualquer momento

<https://www.pduirmc.com.br/>



Contribuições: Fichas de Contribuição



Apresentar as dúvidas ou contribuições por escrito, com clareza e objetividade

- 1 Registre sua participação através da **Ficha de Contribuição** e entregue aos organizadores do evento.
- 2 A entrega das fichas define a **ordem de fala**, que terá limite de 2 minutos.

As fichas serão recebidas durante todo o evento.

As contribuições serão lidas e respondidas após a apresentação técnica



Demais Contribuições



Poderão ser enviados questionamentos e contribuições sobre a Audiência Pública no site do PDUI-RMC até 5 dias após a data de realização do evento, que serão respondidas em Relatório em até 10 dias úteis.

<https://www.pduirmc.com.br/documentos>



Contribuições



Acompanhe o PDUI



Leitura da Contribuição

Acesse o site do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC:

The image shows a screenshot of the PDUI RMC website. The website header includes the PDUI RMC logo and navigation tabs for 'INICIATIVAS', 'PROJETOS', and 'PARTICIPAR'. The main content area features a large image of a train and text describing the PDUI RMC as a strategic instrument for the Metropolitan Region of Curitiba. Below the text are two buttons: 'CONHEÇA O PDUI' and 'COLABORE COM O PDUI'. At the bottom of the website screenshot, there is a URL <https://www.pduirmc.com.br/> and an email address contato@pduirmc.com.br. To the right of the website screenshot is a QR code.

A dark blue rectangular box with white text. The text reads: "Dúvidas ou sugestões? Entre em contato conosco!". Below this, the contact information is listed: "+55 41 3281-1900", "contato@pduirmc.com.br", and "www.pduirmc.com.br".



Lista de presença

A presente seção é dedicada ao registro de participantes na Audiência Pública Final do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC), mediante assinatura de lista de presença.

FIGURA 5: LISTA DE PRESENÇA – SEDE DO EVENTO (CURITIBA)

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR

Evento: Última Audiência Pública Fase: 06 Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
Ivo Augusto Baedert	Araraucária/PR			
JONAS SOBOCCANO	ANAS/COPA			
Mariana Annubelli	SMSAN/PMC			
BEATEZ MINEIRA	PMSSP/DPFU			
Socelli B. Malaguiera	Prof. Pádua			
Simon Schneider	Itajaí/PR			
João Geraldo Madureira	UFPR			
Lucilla K. Leubert	AMCP			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR

Evento: Última Audiência Pública Fase: 06 Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
JADY MEDEIROS SILVA	Rio Branco do Sul			
NEIVA CRISTINA RIBEIRO	SANEPAR CTBA			
Wagner da Silva	FIEP			
Thayelli Galvasso	CAB - CIOU			
LUIS ANTONIO O. ROSA	CURITIBA/ALEP			
CLAUDIO GRACHOWICZ	FIEP			
RAUL PIARCON	SANEPAR			
GIOVANNI LUIS MUNIKI	Campo Largo			
JOÃO MARCOS	" "			
CHRISTIAN GUMDI	SAPJOS DAS LINDAS			
Amanda Loucala	CIBA/SMMA-RMC			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
Vanessa Lima	AMEP			
LUÍZ FORNAZIARI NETO	FIEP/AMASPR			
Rayanne de Paula B.F.	UTFPR			
Edson de Jesus Loureiro	UTFPR			
JULIA PEREIRA DA SILVA	UTFPR			
Felipe Luis Dal Pozky	P.M. COLOMBO			
Thomaz C. Frontini	PMSJP			
ALFONSO TAUDADIE	PMC			
SERCIO R. SILVA	BM MAISTO			
Diandara Reding	Costada			
Daniela M. Kora Maciel	Associação Prof.			
REGINA M. IZÉ	RBS - PREF.			
Luanda Sencio	RBS - PREF.			
Buscila Marcondi	Balsa Nova			
Priscila Abigail	Curitiba (CMC)			
EDUARDO PANZINI	Maronituba			
MILTON CARLOS	AMEP			
IVAN PERAZ	D. M. ALMIRANTE			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
Angélica Perceiro	Associação Cosop			
Monique Brant	AMEP			
Thaís Zumbato	AMEP			
Matheus dos Santos Ebral	AMEP			
Alex Da Rosa Junior	Consórcio			
HELENA PAULINE SIMONE LUTTA	Consórcio			
MARCIA EUGÊNIA MARTINS	AMEP			
RICARDO M. DE F. ANDRADE	AMEP			
AUDREZA TRINDADE	AMEP			
ALICE M. M. BARBOSA	FAMOPAR			
CRISTIANE REUBEN DE MOURA	AMEP			
DICELCIO T. BLACKE	JAT			
Ária Caroline de Oliveira	IEP			
Natalia Heilha Sobrinho	Pref. Associação			
Francieli Honoratti	AMEP			
Stephan S. Cruz	Prof. Pinhais			
FRANCISCO JOSÉ G. DE CASTRO	IPARDES			
MICHELE TESSER	SEMPRE			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
KLEBER RAFAEL ALMEIDA	PREF. GUARUÍ			
Heli D. Viana	IMFRO			
Edison Riva	IPPUC			
Levanon Medeira	AMEP			
Cláudia D'Ávila Paiva	SANEPAR			
SIMONE KRUK	PREF. SJP			
Marcos Antonio Peters	Município SJP			
Beatriz M. dos Santos	AMSP			
CARLA GERHARDT	AMEP			
MARINA CAROLINA K. BERNARDI	PREF. BOCAIUA DO SUL			
Luiz Gonzaga Gouveia Jr	P.M. COLOMADO			
Anderson Oliveira	P.M. Pinqueira			
Kamila Foy	PM Rio Bib			
HELENA Y. OROSCHE	D.H. COLOMADO			
Marysa R.A. Gonzatti	P.M. ANAUSCAO			
ROSSON DE LIMA	P.M. FRANCFRIA			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
MIREIA C. CARILHO	CONSORCIO			
ALAISES C. WEBER	CONSORCIO			
Seid Mathews Kando	CONSORCIO			
Geislaniane Rippard	CONSORCIO			
Paula Dula Neto	CONSORCIO			
Luiz S. Andreghetto	IAT			
Gustavo Machado	AMEP			
THOMAZ CARVALHO	IPPUC			
ALANA SOARES DE OLIVEIRA	PREFEITURA PBS			
MARCELA MATUMI SUSA	PINHARIS URBANISMO			
Aline Biele Bohr	MPRE - PMS			
Jean Rileis Moura	TURVAS DO PARANA			
Gabriela P.M. Ribeiro	IAT			
Carina Jordani de Azevedo	Associação de Proprietários			
Helaine Gabriela de Lima	P.M. ITAVERCUPA			
MARQUEZ DE OLIVEIRA FISCHER ZEIN	PREFEITURA M. ARAUCÁRIA			
Felipe Daher	Grupo Político			
RHAIZA AGUIAR	PMCS			
KELI CORRÊA	PMCS			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
Marina Clara de Wladimir	Consórcio			
DÉBORA FOLLADOR	Consórcio			
WILIANE TANIGUCHI	Consórcio			
SILVIO WILCZEK	RIO NEGRO PREF			
DENISE MURATA	CURITIBA/PMC			
ILVAN AMARAL	AMEP			
Raul Gradovski	AMEP			
LOBSENARON GRABO	MPP			
DALTON BORBA	SEDRMC			
Jury Cavalli	Sekuro			
Ana Carolina Pfelecker	Turmas do Barão			
MARINA M. MORAES	ICM			
Douglas D'Amorim	Consórcio			
Márcia Amado	AMEP			
NICOLAU WACULICZ	IEP ENG-CIVIL			
Viviane Zonta da Rosa	Sermap			
CARLOS HARDT	FOXPR			
Antonio Carlos Gerardi	curitiba.PMC.SMA			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
ALBERTO M.R. PERAMBOS	DAB-PR, DAB-PR, CIBADE			
LAURI AUGUSTO BIAHLS	PMCGS			
Uma Rosalmei Bohaniuk	SEORAE			
Leandro M. Fogalco				
Aluísio Luanini	Consórcio			
Sergio L. Zacarias	Consórcio			
Leonardo B. Falseto	SEMUR/PINHAS			
Guilherme Luiz Perassini	SEMUR/PINHAS			
Isabela S. Souza	SEMUR/PINHAS			
HELIUS E. NICHELE	SEMUR/PINHAS			
Régis Soares Schinda	PM CAPA			
ANA EVISVALDES LOPES	AMEP			
Yasmin Piva G. da Silva	AMEP			
Caroline M. S. Rodrigues	AMEP			
Danielle Botelho de Araujo	AMEP			
LIM BILAS TOMIO	AMEP			
Gabrielli Ulber Garcia	AMEP			
GEOVANE DE LIMA	CAM. MUN. RIO NEGRO			
WILLIAM A. MAIEM	CAM. MUN. RIO NEGRO			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável fazem uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
Bianca Drexler Skura	PM Lapa			
Carlinho Silva	Pref. Itaperuçu			
Adriana Garcia Mehan	IPPUC			
Marcos Gomes Meyer	IPPUC / Curitiba			
William Tullian	Pref. Campo Mourão			
Lucas R. Langel	Pref. Dois Irmãos			
Giuliana M. Orsatti	Pref. Quatro Barras			
William Meines	AMEP			
Larissa Uzeda	Pref. Agudos do Sul			
Patrícia Custodini	AMEP / DUT			
Rafael Gomes de Oliveira	Curitiba Humane Local			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Última Audiência Pública

Fase: 06

Data: 11/12/2025

Nome	Instituição/Localidade	Telefone/E-mail	Nº do Documento	Assinatura
Helena Yamim M.G. Boyza	PMSJP - SEMUT			
HELENA CIGS	PMA - SMUR			
Rafael Naboru Takeuchi	P.M. Balsas Nova			
Marcos Paulo Conrado	Comércio			
THIAGO BONAGUARA	PREF CURITIBA			
Bianca Bulcão de Lima	PREF PINHAIS			
Ulisses Ribeiro dos Reis	PREF Pinhais			
Felipe Henrique	PM LAPA			
Jose Amil Mendes	PM Itaperuçu			
MARCO A. BALDAN	PM. TUNAS			
GERALDO LAMARCA	ENX. CIVIC - CTB			
Cláudio Forte	P.M. Dueto Boreto			
MONIQUE KIST	SMU / PMFES			
Mariana Zöllner	PM Agudos do Sul			
Amichaim Resnick	AMEP			

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais. Imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2025).

2.4 Reunião de Alinhamento 03

Data: 16/12/2025

Horário: 14:00 – 16:00

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) – Rua Jacy Loureiro Campos, s/n.

Pauta: Cronograma e Produto 09.

2.4.1 Memória

Alinhamentos relacionados ao cronograma, fase 05 e 06, mais especificamente ao Produto 09.

Cronograma

Apontamentos e Considerações

- Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, destacou que algumas datas do cronograma vigente já não são mais viáveis, sendo necessária a sua atualização, mantendo-se, contudo, o prazo de 16/03. Ricardo informou que a data do Fórum pode ser estimada e que encaminhará uma proposta de cronograma revisado.

Fase 05

Apontamentos e Considerações

- Em relação à Carta da Metrópole, Ricardo destacou a importância de uma assinatura simbólica pelos municípios. Luciane Taniguchi, advogada do consórcio, lembrou que a carta está sob responsabilidade de Gabriel Hubner de Macedo, diretor técnico da AMEP, desde outubro.
- Luciane destacou que algumas solicitações relativas ao P5 foram analisadas com pouca profundidade pela equipe da AMEP, solicitando que os comentários sejam feitos por quem atua diretamente nos processos, a fim de tornar as contribuições mais

assertivas. Luciane informou que, em janeiro, será construída conjuntamente a etapa referente aos processos de implementação das AIMs.

Produto 09

Apontamentos e Considerações

- Ruan Amaral, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da equipe de supervisão do PDUI-RMC, informou que a revisão do Caderno Síntese foi finalizada e destacou que o município de Araucária encaminhou contribuições. Ricardo solicitou que as entregas dos volumes do Produto 09 (P9) fossem desvinculadas, com divisão equitativa dos valores. Informou ainda que, segundo Gabriel, as impressões dos cadernos devem estar concluídas até abril. Foram mencionados possíveis ajustes no macrozoneamento e nos degraus metropolitanos. Ficou acordado que todas as alterações que impactarem o Caderno Síntese serão encaminhadas até 10 de janeiro pela AMEP. Também foi definido que o consórcio realizará uma nova entrega do Caderno até o dia 10 de janeiro com revisão textual. Ricardo solicitou a inclusão de um trecho mais detalhado sobre o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM) e o Plano de Ação, incorporando temas apresentados na Audiência Pública Final. Posteriormente, a AMEP enviará os ajustes referentes aos degraus e ao macrozoneamento. Após isso, será realizada nova entrega, com reexportação dos mapas.
- Douglas Viero, engenheiro civil do consórcio, destacou que a principal questão diz respeito à alocação dos indicadores de impacto, entendendo que estes devem constar no Plano de Ação por integrarem a operacionalização das ações. Houve consenso entre os presentes quanto a essa definição. Andressa Trindade, arquiteta urbanista da AMEP e Coordenadora da FPIC de Habitação de Interesse Social, observou que as tabelas do Plano de Ação e do SAM são muito semelhantes. Luciane ressaltou a importância da simplificação para garantir caráter didático e viabilidade de implementação.
- Douglas apresentou as colunas atualmente existentes na planilha do Plano de Ação. Andressa sugeriu que as instâncias de governança envolvidas constem apenas na

planilha, e não no produto final. Gustavo Machado, arquiteto urbanista da AMEP, destacou a importância de identificar os atores a serem mobilizados. Raul Gradovski, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, destacou que algumas instâncias ainda serão pactuadas futuramente, uma vez que nem todos os processos são legalmente instituídos. Douglas reforçou o caráter orientador do material, esclarecendo que não se trata de conteúdo normativo. Wilhelm Meiners, economista da AMEP e coordenador da FPIC de Desenvolvimento Social e Econômico, concordou, destacando a dificuldade de definir responsabilidades de forma rígida neste momento. Raul avaliou que não é adequado manter a indicação de órgão executor na planilha. Ricardo lembrou que essa informação já consta no P5. Luciane sugeriu diferenciar processos já instituídos por lei daqueles que ainda dependem de definição. Andressa propôs esclarecer quais serão deliberados pelo Conselho. Luciane sugeriu incluir uma ressalva no texto. Lissandra Baldissera, arquiteta e urbanista da AMEP, Wilhelm e Ricardo sugeriram substituir a coluna de “órgão executor” por “possíveis responsáveis” ou “órgão articulador/indutor”. Wilhelm sugeriu destacar em negrito o órgão mais relevante na coluna de órgãos envolvidos. Ficou definido que, quando houver clareza, o órgão será indicado; quando não, constará que a definição será deliberada pelo Conselho.

- Discutiu-se a inclusão das Câmaras Técnicas na coluna de instâncias de governança. Raul e Douglas avaliaram ser difícil, neste momento, definir todas as ações que passarão por essas instâncias. Ricardo sugeriu unificar as três colunas de instâncias de governança em uma única coluna, citando nominalmente as instâncias e incluindo as Câmaras Técnicas quando pertinente. Andressa ressaltou a importância de detalhar essa lógica tanto no P5 quanto no P9.
- Ficou acordado que, na planilha, serão citados apenas os projetos relacionados, sem a necessidade de detalhar sinergias, conforme solicitado previamente no relatório da AMEP.
- Wilhelm sugeriu, como alternativa futura, a elaboração de fichas por ação, em substituição à apresentação em formato de planilha.

- Quanto à coluna de abrangência territorial, Ricardo propôs relacioná-la à tipologia territorial do PDUI, como macrozonas preferenciais, AIMs ou recortes específicos (ex.: Bacia do Alto Iguaçu). Douglas explicou que algumas ações terão abrangência para toda a RMC ou NUC. A equipe da AMEP e o consórcio ficaram responsáveis por propor um novo nome para a coluna. Wilhelm sugeriu “território relacionado” ou “áreas impactadas”.
- Andressa apontou confusão na classificação dos indicadores. Ficou definido que os indicadores serão classificados apenas como monitoramento ou impacto, sem subdivisões internas. Douglas esclareceu que os indicadores de monitoramento foram definidos por ação, enquanto os de impacto estão associados aos programas. Sobre os indicadores de impacto, Douglas sugeriu priorizar indicadores dos ODS e do IBEU, propondo uma base unificada para o monitoramento dos programas. W recomendou analisar também outros índices como o Índice de Progresso Social (IPS), especialmente os indicadores de saneamento, destacando que o IBEU tem periodicidade decenal, enquanto o IPS é anual.
- Wilhelm sugeriu que, no produto final, a tabela contenha apenas as colunas: indicador, fonte, meta e síntese operacional. Ricardo indicou a importância de citar, no P9, indicadores de monitoramento já conhecidos. Informou ainda que a próxima rodada de revisão será focada nos quadros, com análise caso a caso.
- Por fim, Ricardo sugeriu consolidar as colunas em “indicador de impacto” e “fonte”, em vez de separar por ODS ou IBEU, facilitando a inclusão de indicadores de outras bases. Wilhelm acrescentou que o Tribunal de Contas do Estado dispõe de bons indicadores municipais, como o IGDM.
- Douglas explicou que o SAM já apresenta a periodicidade sugerida em relatório, a qual também pode ser inferida a partir do próprio indicador.

2.4.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Andressa Trindade	AMEP
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Machado	AMEP
Lissandra Baldissera	AMEP
Luciane Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Maria Clara Dadalto	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Mateus Amado	AMEP
Raul de O. Gradovski	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP
Ruan Victor Amaral	AMEP
Wilhelm Meiners	AMEP

2.4.3 Lista de Presença






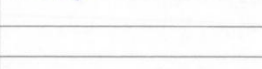
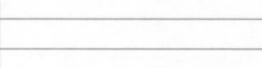
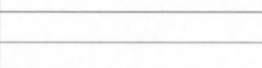
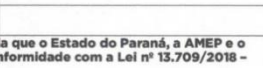


Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Reunião de Acompanhamento 03

Fase: 06

Data: 16/12/2025

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
Douglas Viero	Consórcio		
Lissandra Baldissera	AMEP		
Raul de O. Gradovski	AMEP		
Ruan Victor Amaral	AMEP		
Gustavo Machado	AMEP		
Ricardo A. de F. Andrade	AMEP		
Luciane Taniguchi	Consórcio		
Andressa Trindade	AMEP		
Mateus Amado	AMEP		
Maria Clara Dadalto	Consórcio		
Wilhelm Meiners	AMEP		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



2.4.4 Registros



2.5 Reunião de Alinhamento 04

Data: 13/01/2026

Horário: 14:00 – 14:30

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Plataforma Virtual Microsoft Teams.

Pauta: Alinhamento sobre critérios do macrozoneamento metropolitano.

2.5.1 Memória

Alinhamentos e Considerações

- A partir dos comentários encaminhados pela AMEP no relatório de revisão do macrozoneamento, Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, explicou que foram identificadas inconsistências na territorialização das macrozonas, muitas delas associadas às definições conceituais adotadas. Pontuou que no relatório essas definições passaram a assumir caráter qualitativo e se relacionam diretamente com o enquadramento das macrozonas, motivo pelo qual essas alterações devem aparecer no próprio produto final.

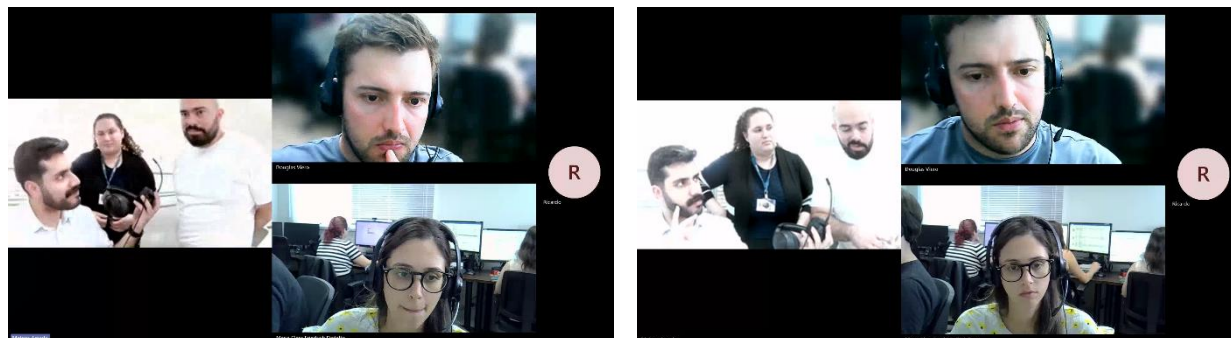
- Nesse contexto, Douglas Viero, engenheiro civil do consórcio, informou que compreendeu as definições apresentadas no relatório e que a incorporação textual no documento não representaria maiores dificuldades. Quanto aos ajustes cartográficos, explicou que os arquivos haviam sido encaminhados naquele mesmo dia à equipe de geoprocessamento do consórcio e que, até o momento, não haviam surgido dúvidas técnicas. Acrescentou que, caso necessário, poderia tratar pontualmente com os técnicos da AMEP.
- Mateus Amado, arquiteto e urbanista da AMEP, comentou que houve uma tentativa inicial de replicar tipologias de zonas a partir de similaridades territoriais, mas que esse procedimento acabou revelando inconsistências, reforçando a necessidade de análise caso a caso. Douglas concordou, destacando que as macrozonas possuem caráter orientador, e não excludente.
- Sobre a macrozona de desenvolvimento econômico, Matheus destacou que esse foi o aspecto que mais gerou dúvidas. Ele observou que, em alguns trechos, a delimitação parece excessiva, enquanto em outros poderia ser ampliada. Reforçou que a definição dessas áreas exige análise específica, considerando as vocações territoriais e os contextos locais.
- Ricardo complementou que, no caso da macrozona de desenvolvimento econômico, seria fundamental um diálogo mais aprofundado entre as equipes, pois os zoneamentos previstos nos Planos Diretores Municipais nem sempre são suficientes para orientar decisões de planejamento de áreas futuras. Douglas ponderou que, antes de qualquer ampliação, seria necessário compreender com clareza os critérios de classificação dessas áreas e a justificativa para seu enquadramento como de interesse metropolitano. Em resposta, Matheus mencionou a existência de uma metodologia desenvolvida por membros da AMEP no âmbito da FPIC de Desenvolvimento Social e Econômico – a qual não saberia explicar no momento por não estar envolvido no processo – e destacou que pontos isolados de macrozonas econômicas aparecem em localidades com predisposição industrial, como em Quatro Barras, por exemplo.

- Na sequência, Andressa Trindade, arquiteta e urbanista da AMEP, observou que, na macrozona de urbanização consolidada, os critérios já admitem a presença de áreas consolidadas dentro de UTPs, sugerindo que lógica semelhante poderia ser considerada para áreas industriais, desde que respeitadas as condicionantes. Douglas reconheceu que já existem situações em que áreas com vocação industrial se sobrepõem a territórios ambientalmente sensíveis e questionou qual seria o efetivo interesse metropolitano em manter ou ampliar macrozonas econômicas dentro de APAs, levantando a possibilidade de direcionar essas áreas para territórios fora das unidades de proteção, especialmente onde os próprios municípios já reconhecem vocação industrial. Ricardo respondeu que a intenção seria reforçar o zoneamento das APAs e, no momento das revisões dos Planos Diretores, alinhar o zoneamento municipal às diretrizes ambientais metropolitanas.
- Douglas ressaltou a dificuldade de construir uma proposta alternativa sem critérios objetivos previamente definidos, o que reforça a necessidade de aprofundamento técnico conjunto. Diante disso, os participantes acordaram a realização de uma reunião específica — preferencialmente no escritório do consórcio, em razão da disponibilidade de softwares e bases cartográficas — com o objetivo de consolidar o macrozoneamento. Douglas solicitou que a AMEP encaminhasse, com brevidade, uma data e a indicação dos participantes.
- Por fim, Matheus destacou que uma das principais questões a serem enfrentadas diz respeito às franjas territoriais. Andressa, por sua vez, solicitou que a equipe do consórcio revisasse as conceituações levantadas no relatório, evidenciando a hierarquia entre os critérios mantidos e aqueles suprimidos ao longo do processo. Sugeriu ainda que o produto trate explicitamente das situações de sobreposição, indicando que deve prevalecer a legislação mais restritiva. Assim, Douglas reforçou que esses casos também exigem análise individualizada, uma vez que existem diferentes critérios técnicos capazes de mitigar conflitos territoriais.

2.5.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Andressa Trindade	AMEP
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Maria Clara Friedrich Dadalto	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Matheus Amado	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP

2.5.3 Registros



2.6 Reunião de Alinhamento 05

Data: 19/01/2026

Horário: 09:00 – 10:00

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: URBTEC — Av. João Gualberto, 1721.

Pauta: Alinhamento sobre critérios conceituais, territoriais e cartográficos do macrozoneamento metropolitano.

2.5.4 Memória

Alinhamentos e Considerações

- O macrozoneamento metropolitano foi revisado em conjunto com a equipe da AMEP, permanecendo pendentes apenas ajustes geométricos pontuais, voltados à adequação dos limites ao sistema viário, às ferrovias e aos cursos d'água.

- Acordou-se que todos os parques localizados no município de Curitiba — inclusive aqueles classificados como Unidades de Proteção Integral — deverão ser enquadrados como Macrozona Ambiental Estratégica (MZAE). Como exceção, definiu-se que a Reserva do Bugiu, embora atualmente conste na camada de parques, permanecerá classificada como Macrozona Ambiental de Proteção e Preservação (MZAP), por se tratar de reserva e não de parque.
- Foi apontado que os mananciais delimitados pela AMEP no Decreto de 2016 poderão ser utilizados como referência para ajuste de limites quando houver coincidência com Unidades de Conservação (UCs) – sendo observado que a camada de UCs exige compatibilização mais precisa.
- Em relação ao Perímetro de Tombamento da Serra do Mar, acordou-se manter como MZAE as áreas que não estejam classificadas como Unidades de Proteção Integral. Foi solicitado pela equipe da AMEP a conferência de trecho específico destacado para validação do enquadramento.
- Foi definido que a área do município de Campina Grande do Sul classificada no zoneamento da APA como “Zona Especial de Indústria e Serviço II” deverá compor a Macrozona de Desenvolvimento Econômico (MZDE).
- Na camada da AIM de Desenvolvimento, deliberou-se a retirada de trecho específico em Curitiba.
- Em trecho específico no município de Campo do Tenente atualmente classificado como Macrozona Urbana de Consolidação (MZUC), foi solicitado ajuste com base no zoneamento urbano municipal, tendo sido identificado que a delimitação da MZDE estava excessivamente abrangente. Após compatibilização com o zoneamento, a área remanescente deverá permanecer como MZDE.
- Por fim, foram identificadas inconsistências geométricas decorrentes dos ajustes realizados durante a reunião, incluindo trechos de franja entre macrozonas, pequenos “vácuos” cartográficos e descontinuidades territoriais. Ficou registrada a necessidade de refinamento desses limites, com correção pontual das geometrias, a fim de

assegurar continuidade espacial, evitar sobreposições indevidas e garantir compatibilização adequada entre as camadas utilizadas no macrozoneamento.

2.5.5 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Aláises Weber	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Maria Clara Friedrich Dadalto	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Matheus Amado	AMEP
Máximo Miquelles	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Raul Gradovski	AMEP
Ruan Amaral	AMEP
Seidi Kondo	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Wilhelm Meiners	AMEP

2.5.6 Lista de Presença

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento:

Fase:

Data: 19/01/26

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
Douglas C. Viro	Consórcio		
Raul de O. Gradowski	AMEP / PEM		
Mateus de Rocha Amado	AMEP / POT		
Diana Kistner Amund	AMEP / PLAN		
MAXIMO MISONEVES	consórcio		
Sarah Matheus Kamao	Consórcio		
Allaís Cristine Weber	consórcio		
Marcia Elena Rodaltes	consórcio		
Wilhelm Mesner	AMEP / DELTA		
GUSTAVO DWIGUCH	CONSORCIO		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



2.5.7 Registros



2.6 Reunião de Alinhamento 06

Data: 27/01/2026

Horário: 09:00 – 12:00

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) – Rua Jacy Loureiro Campos, s/n.

Pauta: Reunião de alinhamento sobre os processos e fluxos do Produto 05.

2.6.1 Memória

Alinhamentos e Considerações

- Luciane Taniguichi, advogada do consórcio, questionou o prazo para a devolução da revisão do Produto 5. Em resposta, Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, esclareceu que o referido prazo poderá ser contado a partir do encerramento das reuniões específicas de alinhamento sobre o P5, considerando a necessidade de eventuais ajustes decorrentes dessas discussões.
- Na sequência, Andressa Trindade, arquiteta e urbanista da AMEP, passou a apresentar apontamentos gerais sobre o Produto 5. Inicialmente, solicitou a revisão do texto descritivo referente à atuação do Conselho Gestor de Mananciais (CGM), destacando que o Conselho não analisa processos específicos de empreendimentos ou parcelamentos, mas atua em um nível mais estratégico e macro, como em alterações de zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) ou de Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs). Ressaltou, ainda, que as Câmaras Técnicas (CATs) das APAs são as instâncias responsáveis pela avaliação dos usos permissíveis.
- Em relação ao Decreto Estadual nº 10.499/2022, Andressa solicitou que esse dispositivo fosse explicitamente mencionado nos processos relacionados ao uso do solo e ao meio ambiente, ressaltando que é o referido decreto que regulamenta a

obrigatoriedade de manifestação da AMEP nos procedimentos de licenciamento de empreendimentos localizados em áreas de manancial, tais como condomínios.

- Também foi solicitado por Andressa que o Produto 5 esclareça de forma mais objetiva o caráter consultivo da Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano (CTSVM), ressaltando que, desde a sua criação, suas deliberações nunca tiveram caráter normativo ou vinculante, e não apenas após a instituição da AMEP.
- Na sequência, Matheus Amado, arquiteto e urbanista da AMEP, juntamente com os demais membros da agência presentes, apresentou correções pontuais nos fluxogramas do Produto 5. Tais ajustes foram discutidos e realizados durante a própria reunião, de forma conjunta entre as equipes.
- A equipe da AMEP solicitou, ainda, que fique explícito, nas minutas de lei do Produto 6, que caberá à estrutura de governança, por meio do Conselho Deliberativo, regulamentar, via resolução, os critérios para a definição dos empreendimentos de impacto metropolitano, contemplando os estudos necessários para a análise dos processos de anuência, bem como a exigência de medidas mitigadoras. Ademais, foi solicitado que o fluxograma da ação referente aos empreendimentos de impacto metropolitano incorpore o Quadro 9 do Produto P3A, que apresenta uma proposta preliminar de tipologia desses empreendimentos.
- Por fim, ficou registrado que a equipe da AMEP iria deliberar internamente sobre o padrão de fluxograma a ser adotado.

2.6.4 Registros



2.7 Reunião de Alinhamento 07

Data: 28/01/2026

Horário: 14:00 – 17:30

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) – Rua Jacy Loureiro Campos, s/n.

Pauta: Reunião de alinhamento com o objetivo de discutir e revisar os fluxos processuais apresentados no Produto 5, com foco nas FPICs de Meio Ambiente e Mobilidade.

2.7.1 Memória

Alinhamentos e Considerações

- Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, propôs a criação de um fluxo geral para aprovação de recursos e utilização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, esclarecendo que esse fluxo não precisa constar nos demais fluxos das ações, devendo aparecer de forma autônoma no produto.

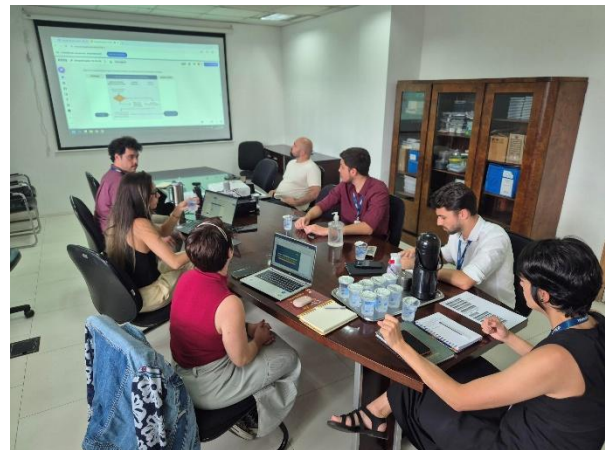
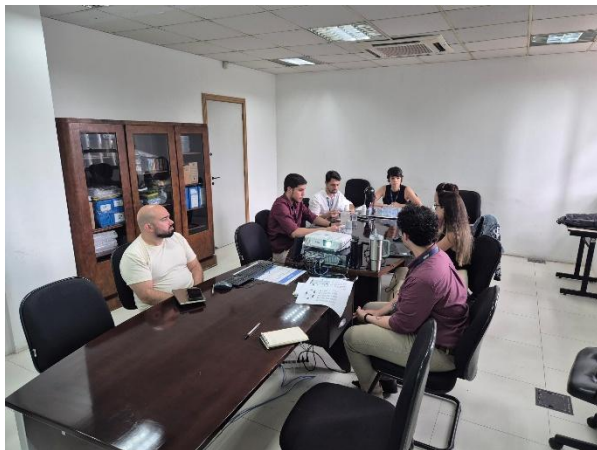
- Na sequência, Maria Eugênia, engenheira civil da AMEP, solicitou que a revisão do P5 incorpore os apontamentos apresentados durante a Oficina Técnica desse produto. No fluxo referente às propostas de novas Unidades de Conservação (UCs), pediu o ajuste do título para alinhamento com o que foi pactuado no Produto 3 e reforçou que o processo deve se iniciar no órgão ambiental municipal e/ou estadual. Destacou que, após a análise do interesse metropolitano pela AMEP, o tema deverá seguir para apreciação da Câmara Técnica.
- No fluxo relativo às ações de mudanças climáticas, Maria Eugênia enfatizou que qualquer membro da Câmara Técnica pode dar início ao processo, mediante identificação da necessidade. Os demais ajustes desse fluxo foram realizados durante a própria reunião.
- Raul Gradovski, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitou a inclusão de um fluxograma específico para a adoção de novas bacias para abastecimento público, envolvendo IAT, AMEP e Sanepar – sendo esse fluxograma estruturado durante o encontro. Também foram debatidos e revisados os procedimentos referentes ao mapeamento de áreas de risco.
- Ficou acordado entre os membros da reunião que todos os fluxos devem estar plenamente alinhados às competências e definições pactuadas no Produto 3, especialmente quanto à distinção entre órgãos executivos e instâncias propositivas.
- No que diz respeito a FPIC de Mobilidade, os participantes discutiram a necessidade de criação de um fluxo geral para aprovação de planos setoriais, com o objetivo de organizar melhor o processo decisório. Nesse contexto, a equipe da AMEP solicitou a inclusão de uma legenda explicativa no início do produto, esclarecendo os padrões gráficos adotados nos fluxogramas, incluindo cores, formas e representação das instâncias.
- Gustavo Machado, arquiteto e urbanista da AMEP, apresentou ajustes a serem considerados no fluxograma referente à avaliação dos Planos de Mobilidade Municipais. Esse fluxo foi revisado durante a reunião, assim como os demais fluxos da temática, incorporando os apontamentos realizados pela equipe da AMEP.

- Por fim, os membros da Agência sugeriram a inclusão de um fluxo geral para captação de recursos, complementar ao fluxo do Fundo Metropolitano discutido no início da reunião.

2.7.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Machado	AMEP
Luciane Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Maria Clara Friedrich Dadalto	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Maria Eugênia Piccoli Vasques	AMEP
Raul Gradovski	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP
Ruan Amaral	AMEP

2.7.3 Registros



2.8 Reunião de Alinhamento 08

Data: 03/02/2026

Horário: 12:00 - 12:30

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Plataforma Virtual Microsoft Teams.

Pauta: Alinhamento do cronograma vigente dos produtos do PDUI-RMC, com verificação de prazos de entrega, revisão e consolidação.

2.8.1 Memória

Alinhamentos e Considerações

- A reunião foi realizada com o objetivo de avaliar possíveis ajustes no cronograma já estabelecido para os produtos em andamento.
- Inicialmente, tratou-se do Produto P3F (Macrozoneamento). A equipe da AMEP manifestou concordância quanto à manutenção dos prazos previstos, entendendo não haver necessidade de prazo adicional para sua revisão.
- Em relação ao Produto P4, também se confirmou a manutenção das datas estabelecidas no cronograma vigente, sem alterações.
- Sobre o Produto P5, Douglas Viero, engenheiro civil do consórcio, informou que o material se encontra sob responsabilidade do consórcio, com entrega prevista à AMEP até 16/02/2026, considerando o volume de ajustes pendentes. Explicou que, após a entrega, a AMEP teria prazo de 10 dias para revisão, com término em 02/03/2026, seguido de 10 dias para correções por parte do consórcio e mais 5 dias para revisão final da Agência, encerrando-se o ciclo em 23/03/2026. Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, manifestou concordância com o cronograma apresentado.
- Quanto ao Produto P6, Douglas informou que a entrega está prevista para 18/02/2026, na sequência do P5, em razão de ajustes decorrentes das revisões de fluxos de

trabalho. Também esclareceu que o cronograma seguirá a mesma lógica: 10 dias para revisão da AMEP, 10 dias para ajustes do consórcio e 5 dias para revisão final da Agência, resultando em entrega definitiva prevista para 25/03/2026. Douglas observou que, caso o Fórum Metropolitano ocorra em 12/03/2026, a consolidação final poderá se dar após essa data, sem prejuízo ao processo, considerando que o produto já estará bastante consolidado. Ricardo concordou com as datas apresentadas.

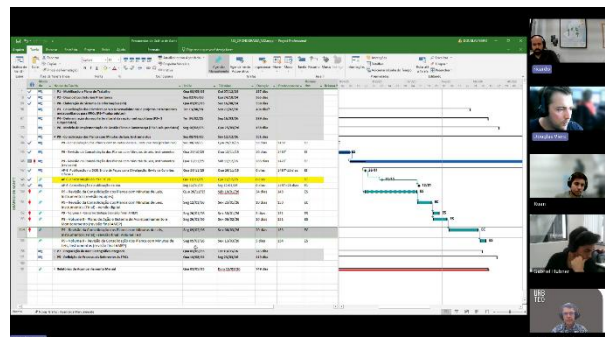
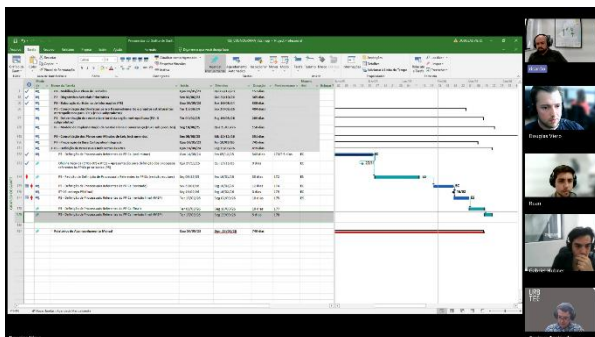
- Na sequência, Douglas tratou do Produto P9, dividido em dois volumes. Informou que a revisão do Volume 1 pela AMEP ocorreu em 30/01, com solicitação de ajustes significativos, especialmente nas representações gráficas dos mapas. Questionou se, após as correções, seria necessário novo retorno formal à Agência. Ricardo e Ruan Amaral, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador da equipe de supervisão do PDUI-RMC, indicaram que não haveria necessidade de uma nova rodada de validação, sendo suficiente a incorporação dos apontamentos já feitos. Ruan sugeriu, ainda, o envio de uma cópia impressa do volume à AMEP.
- Em relação ao Volume 2 (Plano de Ação), Ricardo mencionou ter solicitado que o conteúdo fosse apresentado de forma mais gráfica e questionou se o ajuste seria possível. Douglas informou que verificará a viabilidade dessa alteração. Acrescentou que esse volume possui prazo maior para revisão, considerando a expectativa de considerável volume de ajustes, e registrou que a AMEP terá o período de 09/03 a 13/03/2026 para análise e devolutiva. Ricardo manifestou concordância com o prazo estabelecido.
- Douglas e Gustavo Taniguchi, engenheiro civil do consórcio e coordenador geral da elaboração do PDUI-RMC trataram do P7C. Gustavo reforçou que muitos apontamentos feitos no produto eram referentes majoritariamente ao entendimento de estrutura da base de dados – e dos dados em si. Afirmou, também, que já tinha solicitado uma reunião com o setor de Geoprocessamento a fim de entender o motivo de não estarem sendo atendidas algumas questões levantadas no relatório, visto que essas poderiam causar divergências com a base de dados já consolidada.

- Douglas repassou as datas para revisões, explicando que a previsão de término era dia 03/02, respeitando os 10 dias para retorno do Consórcio e seguido por 10 dias de revisão realizado pela AMEP - do dia 18/02 a 03/03. Também apontou a adição de mais um ciclo de revisões de 10 dias para o consórcio, e por fim 5 dias reservados para a revisão final realizada pela AMEP.
- Ricardo explicou que haviam solicitado a entrega presente como preliminar, e Douglas respondeu afirmando que já ocorrera uma entrega preliminar, mas a adição de mais um ciclo de revisão era proveniente dessa solicitação realizada pela AMEP.
- Gustavo perguntou se já havia sido enviado o ofício, e Ricardo respondeu afirmando que o enviara na noite anterior. A reunião foi finalizada com Gustavo afirmando que o ofício seria respondido com o novo cronograma resolvido durante reunião, acordado entre ambas as partes.

2.8.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gabriel Hubner de Macedo	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP
Ruan Amaral	AMEP

2.8.3 Registros



2.9 Reunião de Alinhamento 09

Data: 06/03/2026

Horário: 16:00 – 17:00

Participantes: Representantes da contratada (Consórcio PDUI-RMC Sustentável) e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

Local: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) – Rua Jacy Loureiro Campos, s/n.

Pauta: Alinhamento sobre bases geoespaciais e entrega de dados.

2.9.1 Memória

Alinhamentos e Considerações

- A reunião foi iniciada por Gustavo Taniguchi, engenheiro civil do consórcio e coordenador geral da elaboração do PDUI-RMC, que levantou como necessidade esclarecer dúvidas e demonstrar exemplos relacionados às solicitações recebidas pela Equipe Supervisora (ES). Durante a exposição, mostrou que algumas análises realizadas em conjunto com a ES foram feitas a partir de camadas divergentes daquelas utilizadas na elaboração dos mapas oficiais.
- Na sequência, Gustavo apresentou o processo de construção do dicionário de dados, destacando que o material desenvolvido vai além de um simples inventário de camadas, incluindo descrições mais completas e detalhadas das bases utilizadas.
- Luciane Taniguchi, advogada do consórcio, ressaltou que o conjunto de dados elaborado pelo consórcio é bastante amplo, o que pode ter contribuído para que algumas análises da ES tenham sido realizadas com camadas equivocadas, resultando em divergências em relação aos mapas apresentados.
- Em seguida, Luciane apresentou exemplos para ilustrar essas situações, iniciando pelas áreas de interesse logístico e, posteriormente, pelos cenários de recorte considerados.

- Durante essa discussão, Lissandra Baldissera, arquiteta e urbanista da AMEP, sugeriu que, nos casos relacionados aos cenários, seja incluída nos atributos das camadas a referência aos cenários descritos nos Produtos P4 e P9.
- Luciane apresentou também apontamentos relacionados à camada de assentamentos informais, indicando novamente que a análise realizada pela ES utilizou camada distinta daquela empregada nos mapas do produto. Nesse sentido, reforçou que as divergências identificadas não indicam inconsistências nos dados, mas sim diferenças no uso das camadas entregues – sendo essa situação observada também nas camadas referentes a resíduos sólidos e saneamento.
- Entre os participantes, destacou-se que a entrega do projeto completo, dos layers e do dicionário de dados deverá esclarecer boa parte das dúvidas apontadas na notificação recebida.
- Carla Gerhardt, geógrafa e coordenadora de Sistema de Informações Geográficas e Acompanhamento da AMEP, reforçou a necessidade de que o produto e a base atualizada sejam entregues o quanto antes, para que a equipe da AMEP possa realizar nova avaliação e, se necessário, apresentar questionamentos adicionais.
- Foi solicitado ainda que os dados abertos utilizados ao longo dos produtos sejam verificados e disponibilizados nos drives compartilhados. Ruan Amaral, arquiteto e urbanista da AMEP e coordenador geral da equipe de supervisão do PDUI-RMC, solicitou o envio do dado utilizado para a modelagem de tráfego, especificamente o arquivo Vissim, para possibilitar a replicação das análises. Nesse sentido, Gustavo esclareceu que não foram realizadas microssimulações.
- Ricardo Andrade, engenheiro civil da AMEP e fiscal do contrato, manifestou preocupação em relação ao prazo de execução, considerando a necessidade de reavaliação da base que será entregue. Luciane e Gustavo reforçaram a disponibilidade da equipe do consórcio para receber os técnicos da AMEP no escritório da consultoria, caso a Agência considere necessário, com o objetivo de agilizar as análises. Nesse contexto, ao final da discussão, ficou acordado que a entrega das bases atualizadas será realizada na terça-feira.

- Ainda durante a reunião, Ricardo levantou questão relacionada ao Módulo 01 do Produto P8. Carla informou que o AMEP Digital já foi contratado e solicitou que a equipe do consórcio preste suporte na transferência do sistema SIGWeb para a empresa responsável, auxiliando na migração dos dados para a nova plataforma.

2.9.2 Participantes

Participante	Instituição/Localidade
Alaíses Weber	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Andressa Trindade	AMEP
Carla Gerhardt	AMEP
Douglas Viero	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Gustavo Machado	AMEP
Gustavo Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Klyfesson Gonzaga	AMEP
Lissandra Baldissera	AMEP
Luciane Taniguchi	Consórcio PDUI-RMC Sustentável
Maria Eugênia Piccoli Vasques	AMEP
Ricardo Andrade	AMEP
Ruan Amaral	AMEP

2.9.3 Lista de Presença

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento:	Fase:	Data:	
Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
LISSEANDA BALDISSERA	AMEP		AB
CARLA GERHARDT	AMEP		Carla G
KATISSON S. GOUZEA	AMEP		Katisson S
ANDRESSA TRINDADE	AMEP		Andressa T
RICARDO M. DE F. ANDRADE	AMEP		Ricardo M
Gustavo Machado	AMEP		Gustavo M
GUSTAVO TORRES	CONSORCIO		Gustavo T
ALAISES CRISTINE WEBER	CONSORCIO		Alaís
Daniel Viero	Consenção		Daniel V
MARIA EUGÊNIA P. V. MARTINS	AMEP		Maria E
WILIANE L. TRINDADE	CONSORCIO		Wiliane L

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUi-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



2.9.4 Registros



2.10 Fórum Metropolitano

Data: 16/03/2026

Horário: 11:00 - 12:30

Participantes: Integrantes da contratada (Consórcio URBTECTM-Technum), da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), da Equipe de Apoio (EA), entidades do Governo do Estado do Paraná, representantes dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba e autoridades dos poderes Legislativo e Executivo.

Local: Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico, Curitiba - PR.

Pauta: Apresentar o PDUI-RMC como marco institucional de articulação política e técnica destinado à consolidação do PDUI-RMC.

2.10.1 Ata do Fórum Metropolitano do PDUI-RMC

Abertura do Evento

A cerimônia teve início com a recepção das autoridades e a composição da mesa institucional. Entre os presentes estavam o governador em exercício do Paraná, Darci Piana, acompanhado do presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), Gilson Santos.

Também participaram secretários de Estado, entre eles: Guto Silva, secretário de Estado das Cidades; Rafael Greca, secretário de Desenvolvimento Sustentável; Luizão Goulart, secretário de Administração e Previdência; Ulisses Maia, secretário de Planejamento; e Rogério Carboni, secretário do Desenvolvimento Social e Família.

Entre as autoridades municipais, destacaram-se prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba, entre eles: Helder Lazzarotto, prefeito de Colombo e presidente da ASSOMECA; Nina Singer, prefeita de São José dos Pinhais; Karime Fayad, Rio Branco do Sul; Rilton Boza (Bozinha), prefeito de Campo Magro; Maurício Roberto Rivabem, prefeito de Campo Largo; Felipe Machado, prefeito de Mandirituba; e Marcos Baldão, prefeito de Tunas do Paraná.

Estiveram presentes ainda deputados estaduais, vereadores, dirigentes de órgãos estaduais, representantes institucionais, entidades da sociedade civil e profissionais da imprensa, além do ex-governador Orlando Pessuti.

Durante a abertura, o mestre de cerimônias agradeceu a presença das autoridades e destacou a importância do encontro para o planejamento regional e para a integração das políticas públicas entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Apresentação do PDUI-RMC

Na sequência, foi anunciada a entrega do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC), elaborado pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), em conjunto com o Consórcio URBTECTM-Technum.

O plano estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento integrado dos 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, conforme previsto no Estatuto da Metrópole.

O PDUI foi apresentado como um marco para o planejamento metropolitano, estruturando ações e políticas públicas voltadas as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), organizadas nos eixos de Planejamento Territorial e Uso do Solo, Mobilidade Metropolitana, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Social e Econômico

A elaboração do plano envolveu um amplo diagnóstico regional e um processo participativo que resultou em mais de 100 ações estratégicas com horizonte de dez anos, voltadas à qualificação da infraestrutura, à proteção ambiental, à redução das desigualdades territoriais e ao fortalecimento do desenvolvimento econômico e social da região – além de mecanismos de governança interfederativa, voltados à gestão compartilhada da RMC.

Durante o evento foi exibido um vídeo institucional sobre o PDUI-RMC o qual destacou que a região metropolitana abriga mais de três milhões de habitantes, compartilhando desafios e oportunidades entre os municípios que a compõem. Além disso, o vídeo

ressaltou que a construção do plano contou com ampla participação social, incluindo mais de 455 atividades participativas, entre audiências públicas, oficinas comunitárias, reuniões técnicas e encontros institucionais.

Entrega simbólica do plano

Após a apresentação institucional, foi realizada a entrega simbólica do Caderno Síntese do PDUI-RMC ao governador em exercício Darci Piana e ao secretário de Estado das Cidades Guto Silva.

Autoridades estaduais, prefeitos e representantes institucionais foram convidados ao palco para participar do momento simbólico, que marcou oficialmente a apresentação pública do plano.

Pronunciamentos

Representando os municípios da RMC, o prefeito de Colombo e presidente da ASSOMEAC, Helder Lazzarotto, destacou a importância do planejamento regional para organizar o crescimento metropolitano. Segundo ele, a região apresenta realidades distintas entre seus municípios, especialmente entre aqueles localizados no primeiro anel metropolitano e os municípios mais afastados da capital.

O prefeito ainda ressaltou que muitos cidadãos residem em um município e trabalham em outro, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas, especialmente nas áreas de mobilidade, infraestrutura e meio ambiente. Por fim, Lazzarotto destacou que o PDUI é resultado de um amplo processo de discussão técnica e participação dos municípios e que o plano agora segue para análise na Assembleia Legislativa.

Na sequência, se manifestaram deputados estaduais da região metropolitana. O deputado Alisson Wandscheer ressaltou que o plano representa um instrumento importante para ordenar o crescimento urbano da região e permitir investimentos públicos mais eficientes. Já o deputado Anibelli Neto destacou a importância da articulação institucional e do planejamento regional para enfrentar os desafios metropolitanos e melhorar a qualidade de vida da população.

O secretário Guto Silva também se pronunciou, destacando que o Paraná vive um momento de crescimento econômico e de ampliação dos investimentos públicos. Segundo ele, o aumento do Produto Interno Bruto do Estado representa mais recursos para políticas públicas voltadas à população, mas também amplia os desafios urbanos nas regiões metropolitanas.

O secretário destacou que os desafios metropolitanos vão além da mobilidade urbana, envolvendo também temas como gestão de resíduos, segurança hídrica, preservação ambiental e planejamento territorial. Assim, Guto Silva afirmou que o planejamento urbano deve partir da escuta da população e da participação social, elementos que marcaram a construção do PDUI.

Representando o Governo do Estado na Assembleia Legislativa, a deputada estadual Márcia Huçulak destacou a importância do PDUI como instrumento estratégico para o desenvolvimento das cidades metropolitanas. Ela ressaltou que o planejamento é essencial para orientar o futuro das cidades e defendeu a realização de audiências públicas na Assembleia Legislativa para aprofundar o debate sobre o plano – bem como a necessidade de conciliar preservação ambiental e desenvolvimento urbano, garantindo que as cidades possam crescer de forma equilibrada.

O presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), Gilson Santos, agradeceu ao Governo do Estado pelo apoio institucional e pela destinação de recursos que permitiram a elaboração do plano. Ele destacou que o investimento em planejamento urbano nem sempre tem a mesma visibilidade que obras físicas, mas é fundamental para garantir que as cidades se desenvolvam de forma organizada.

Gilson também agradeceu às equipes técnicas da AMEP, aos municípios e às entidades que participaram da construção do plano, entre elas a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), a Federação do Comércio (Fecomércio), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Comercial do Paraná (ACP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as empresas que integram o Consórcio PDUI-RMC Sustentável, responsável pela elaboração deste plano, neste ato representado pelo diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi.

Por fim, o presidente da agência ressaltou que o PDUI apresenta diretrizes importantes para o futuro da região metropolitana, incluindo projeções de crescimento urbano, preservação de mananciais, identificação de vazios urbanos e definição de corredores estruturais.

Encerramento

Encerrando o evento, o governador em exercício Darci Piana destacou a importância do planejamento estratégico para orientar as políticas públicas e garantir desenvolvimento equilibrado entre os municípios. Segundo ele, o planejamento permite que o governo atue de forma organizada e justa, atendendo todos os municípios da região metropolitana.

O governador em exercício afirmou que o PDUI representa um guia para o desenvolvimento regional e agradeceu a todos os técnicos, instituições e entidades que contribuíram para sua elaboração. Ele destacou ainda que o documento seguirá para análise da Assembleia Legislativa do Paraná, onde poderá receber contribuições e aperfeiçoamentos antes de sua aprovação definitiva.

Após os pronunciamentos, exemplares do Caderno Síntese do PDUI foram entregues aos prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba e aos parlamentares presentes.

O evento foi encerrado com agradecimentos às autoridades, representantes institucionais e participantes que contribuíram para a construção do plano e para o debate sobre o futuro da Região Metropolitana de Curitiba.

2.10.2 Registros

